



ELPO



PORTE
PAGO

ANO IV
DEZEMBRO
N.º 55
1977
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: Antonio J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

SECRETÁRIA NACIONAL DE REABILITAÇÃO TOMOU POSSE

CAMPAHA
CONTRA
A BOMBA
DE
NEUTRÕES

MAIS UM PASSO NA LENTA EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES

O Primeiro-Ministro conferiu posse, no passado dia 28 de Novembro, à Secretária Nacional de Reabilitação, na sua residência oficial em S. Bento. A empossada, Dra. Maria João Allen de Vasconcelos, passou, a partir de então, a ocupar o mais alto cargo na administração Pública no domínio da reabilitação de deficientes.

Estiveram presentes na cerimónia de tomada de posse os Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna e os Secretários de Estado adjun-
do SNR.
A tomada de posse da Secretária Nacional de Reabilitação teve lugar menos de quinze dias antes da

organismo, encarregado de coordenar a política nacional de reabilitação, e à tomada de posse da Secretária Nacional desse or-
(Continua na 10.ª pág.)



a ADFA
deseja
Boas-
-Festas



Acto de posse da Secretária Nacional de Reabilitação
Foto: Farinho Lopes

tos do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos e para os Assuntos Administrativos. Estiveram presentes também delegados da ADFA e da APD, Associações que são membros de pleno direito do Conselho

queda do 1.º Governo Constitucional na Assembleia da República.

O 1.º Governo Constitucional, que aprovou o decreto-lei que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação (22 de Junho), tinha inscrito no seu programa princípios bem definidos sobre uma política nacional de reabilitação a prosseguir, os quais, aliás, serviram de base, conjuntamente com o consignado na Constituição da República, para a elaboração do decreto-lei n.º 346/77 de 20 Agosto.

Assistimos assim, durante a vigência do 1.º Governo Constitucional, à criação de legislação que institucionaliza um importante

LEI DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

IGUALA BENEFÍCIOS FISCAIS ADUANEIROS CONCEDIDOS A DEFICIENTES

A Assembleia da República aprovou recentemente uma lei que torna extensivos alguns direitos dos deficientes das Forças Armadas a todos os deficientes militares ou civis com mais de 60% de incapacidade. Os deficientes que passam a estas abrangidos por esta lei ficam assim com total isenção de direitos aduaneiros, taxas, im-

posto sobre a venda de veículos, sobretaxa e emolumentos gerais na importação de automóvel ligeiro de passageiros, para uso próprio, de mo-

(Continua na 10.ª pág.)

NESTE NÚMERO PODE LER:

- PÁGINA CULTURAL (Pág. 3)
- DESPORTO PARA DEFICIENTES (Pág. 4)
- NATAL DOS SIMPLES (Pág. 5)
- VIDA ASSOCIATIVA (Págs. 6 e 7)
- BOMBA DE NEUTRÕES — Flagelo da Humanidade (Págs. 11 e 12)

PETRÓLEO: PREÇO CONGELADO?

É inegável o valor que o «ouro negro» representa na economia de qualquer país. De vez em quando surgem boatos sobre o aumento do petróleo, mas parece que desta vez os boatos sobre o aumento do petróleo são infundados.

Como é do conhecimento público o petróleo representa uma base económica importantíssima, pois, o aumento do ouro negro traduz-se num aumento generalizado de talvez 90 por cento dos produtos existentes em qualquer mercado.

A «boa-nova» do congelamento dos preços deve-se segundo as agências noticiosas, a pressões da Arábia Saudita, Irão e Estados Unidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no sentido de assegurarem que os preços mundiais das ramas não se-

rão aumentados em 1978. Esta informação é reforçada por revelações prestadas por fontes geralmente bem informadas em Bahrein.

Essas fontes geralmente bem informadas fundamentam as suas afirmações em notícias emanadas de Riad, dizendo que dirigentes sauditas tinham encorajado esperanças norte-americanas de que os principais exportadores de petróleo não elevariam os preços na próxima conferência da OPEP.

Abrimos um parêntesis para informarmos os nossos leitores que a conferência da OPEP se inicia precisamente no dia em que fechamos a presente edição pelo que poderá ser prematuro as afirmações aqui prestadas.

Contudo, observa-se que a tendência para um congelamento de preços parece ter ganho novos aderentes e que aqueles que se opunham a um aumento representam agora 60 por cento da produção total de petróleo da OPEP.

A Arábia Saudita e o Irão

contam com o apoio do Kuwait, Oatar e Emiratos Árabes Unidos.

Esperemos que na realidade os países exportadores de petróleo se decidam pelo congelamento de preços desse precioso combustível.

E já que falamos de petróleo

Uma sondagem feita no Mediterrâneo, ao largo de Tarragona, deu resultados positivos.

Esta foi a notícia revelada pelo ministro espanhol da indústria.

A sondagem que já permitiu à vizinha Espanha uma extracção de oito mil e quinhentos barris de petróleo por dia, de uma profundidade que varia entre os 2324 e 2460 metros.

O ministro da Indústria afirmou que se os resultados das pesquisas continuarem a ser positivos, esta região do Mediterrâneo Ocidental poderá vir a ser o primeiro campo de petróleo de águas profundas com reservas de certa importância.

1.ª FILGRÁFICA / FILESCOLA

De 10 a 19 de Fevereiro de 1978, vai realizar-se na Feira Internacional de Lisboa a 1.ª FILGRÁFICA/FILESCOLA, certame dedicado às indústrias gráficas em geral, ao livro e ao material didáctico.

Manifestação que, dados os sectores envolvidos, encerra à partida características marcadamente culturais, a 1.ª FILGRÁFICA / FILESCOLA constitui, por outro lado, uma iniciativa económica cujas perspectivas se apresentam verdadeiramente animadoras.

Realizada num momento em que o sector editorial e as indústrias gráficas em geral, conhecem no País um surto de apreciável movimentação, e em que as acções que se estão desenvolvendo a nível das estruturas do sistema educacional exigem uma posição atenta das indústrias produtoras de material didáctico, a FILGRÁFICA/FILESCOLA vai surgir, em Fevereiro de 78, como um acontecimento oportuno.

Os objectivos do certame vão certamente atrair as atenções dos diversos intervenientes do mundo gráfico, editorial e do ensino.

Assim, a FILGRÁFICA/FILESCOLA propõe, à partida, a promoção e venda do livro e do material gráfico no mercado interno; a divulgação dos produtos das artes e indústrias gráficas portuguesas junto dos mercados estrangeiros; o incentivo e divulgação da tecnologia educativa, com relevância para os meios áudio-visuais de ensino; e finalmente o incremento do intercâmbio entre os sectores editoriais e livreiros portugueses e estrangeiros.

QUAL É A CORRECTA?

1 — Em arquitectura, às molduras sobrepostas que formam saliência na parte superior de uma parede, de uma porta, de um móvel, etc., dá-se o nome de:

- a) Corniga
- b) Umbral
- c) Nave

2 — Réptil hidrossáurio das regiões inter-tropicais. Tem seis a oito metros de comprimento; cabeça alongada, duas vezes mais comprida que larga; 38 dentes em cima e 30 em baixo; achatadas as patas traseiras e a cauda espalmada e própria para a natação.

- a) Jacaré
- b) Salamântiga
- c) Crocodilo

3 — Instrumento empregado para indicar os diversos graus de velocidade do movimento musical, imaginado por Malrei.

- a) Diapasão
- b) Velocímetro
- c) Metrónomo

4 — O bronze é uma liga de cobre, estanho e:

- a) Ferro
- b) Zinco
- c) Chumbo

5 — Apenas um dos animais que indicamos não pertence à família dos mamíferos.

- a) Cobra
- b) Golfinho
- c) Zebra

6 — A figura geométrica, que tem dez ângulos e dez lados dá-se o nome de:

- a) Pentágono
- b) Exágono
- c) Decágono

7 — Os nomes de Viana da Mota, Varella Cid, Vitorino de Almeida, encontram-se ligados à:

- a) Escultura
- b) Música
- c) Literatura

8 — O elemento da flor que produz os óvulos designa-se:

- a) Carpelo
- b) Corola
- c) Cálice

9 — A palavra Gamboína significa.

- a) Relativo a gambas
- b) Relativo a boínas
- c) Trapaça no jogo

10 — Filósofo grego, nascido em Siracusa, apelidado de «cínico». O seu sistema filosófico consistia no desprezo das riquezas e das convenções sociais, e na obediência às leis da natureza. Andava descalço, dormia debaixo dos pórticos, embrulhado na sua única e pobríssima capa, e tinha por habitual domicílio um tonel que se tornou popular em toda a Grécia. Alexandre, em Corinto, perguntou-lhe se ele desejava alguma coisa: «Que te tires de diante do meu sol» respondeu. Um dia vendo um rapazito bebendo, numa fonte, água no côncavo da mão disse: «Esta criança mostra-me que ainda possuo coisas supérfulas», e quebrou a escudela de que habitualmente se servia para beber.

Quem foi ele?

- a) Sócrates
- b) Platão
- c) Diogenes

«DESAPARECIDOS» NA ARGENTINA

A Assembleia Permanente dos Direitos Humanos da Argentina entregou ao ditador Jorge Videla, uma nova relação de 288 pessoas dadas como «desaparecidas», todas por motivos políticos.

O documento é assinado pelos bispos católicos, Jaime de Nevares e Jorge Novak, bispo protestante Carlos Gattinoni, rabinos Marshall Meyer e Roberto Graeta, freiras, sacerdotes e dirigentes dos partidos políticos suspensos.

Entre estes encontram-se o comunista Hector Agosti e o democrata-cristão Frugoni Rey.

A Assembleia repudiou os sequestros, assassinios, atentados vexames e torturas, e em documentos anteriores, denunciou a existência de milhares de «desaparecidos» por motivos políticos, muitos dos quais estão mortos, e pediu a publicação de listas de pessoas detidas ou assassinadas por aquilo a que se chama «forças de segurança».

BALDIOS VOLTAM A SER PERTENÇA DO POVO

Numa reunião efectuada no dia 4 de Dezembro em Viseu, foi apreciada a revogação pela Assembleia da República do Artigo 109.º da Lei das Autarquias locais e a consequente aplicação da Lei dos Baldios que trouxe uma melhoria nas condições de vida das populações.

No decorrer da reunião, promovida pelo Secretariado Provisório de Conselhos directivos de Baldios, com o apoio da Agrinova (comissão de Apoio aos Agricultores do Norte e Beiras), foi aprovada uma moção na qual os presentes expressam o seu regozijo pela determinação do Governo em aplicar a Lei 39/76, conhecida como Lei dos Baldios.

No documento exige-se que os Conselhos Directivos sejam de uma vez para sempre reconhecidos como únicos gestores dos baldios, conforme está consagrado na lei. Afirma-se ainda que as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais boicotaram ilegalmente o recenseamento dos compartes, não afirmando editais e não promovendo as Assembleias de Compartes até ao dia 30 de Setembro. Perante isso a moção exige que o prazo de recenseamento e das Assembleias de Compartes seja prorrogado por mais um ano.

O Secretariado Provisório de Conselhos Directivos de Baldios, eleito no passado dia 30 de Outubro, numa reunião em que participaram cerca de 100 delegados que representam mais de 10 mil compartes, ma-

nifesta-se na disposição de continuar a desenvolver a sua actividade em defesa da lei de forma a que seja feita justiça a uma velha aspiração das populações.

A ADFA TEM QUASE 9000 SÓCIOS

Tem sido muito elevado o ritmo com que, ultimamente, deficientes das Forças Armadas têm requerido a sua admissão como sócios da ADFA. O número de sócios já admitidos ronda os 6500, existindo cerca de 2000 processos pendentes aguardando a devida prova de que reúnem condições para poderem ser sócios da Associação. Essas condições são, como é sabido, ser portador de uma deficiência permanente adquirida durante a prestação do serviço militar.

O número de sócios que a Associação já tem, é, por si, significativo quanto às informações relativas às guerras coloniais. Lembra-se que, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, o Ministério do Exército indicava o número de 3500 para deficientes das Forças Armadas. Também ultimamente, num livro de três generais saudosistas da guerra, era apontado um número semelhante para os deficientes da guerra colonial.

Por outro lado, este grande e crescente número de sócios da ADFA é também significativo quanto à organização dos deficientes. Assim, os deficientes das Forças Armadas, que não representam mais que três por cento do total de deficientes que existem em Portugal — cerca de um milhão — encontram-se filiados na sua organização representativa perto de 9000. Dos restantes deficientes, que são cerca de noventa e sete por cento desse milhão, representados por várias Associações, não se encontrarão filiados, nas suas organizações representativas, mais que 9000 deficientes, talvez menos.

Entre essas Associações há algumas sectoriais e outras que pretendem mesmo considerar-se como representativas de todos os deficientes.

Se a organização e participação que se verifica entre os deficientes das Forças Armadas se verificasse em igual proporção entre os deficientes civis, teríamos que cerca de trinta por cento dos deficientes se encontrariam devidamente organizados, ou seja, mais de trezentos mil deficientes militariam em Associações. Isto poderia significar, ou significaria mesmo, que os deficientes em Portugal teriam força suficiente para fazer valer os seus direitos.

Perante este quadro pouco animador da organização dos deficientes em Portugal, resta-nos continuar, pela nossa parte, a incentivar todos os deficientes a organizarem-se e a pugnam pela defesa dos seus direitos, pela conquista de um lugar digno na sociedade que terá, forçosamente, que ser uma sociedade digna para lhes proporcionar esse lugar.

OFICINA DE TIPOGRAFIA

DA

ADFA

EXECUTA

TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

RESPOSTAS: 1-a): 2-c); 3-c); 4-b); 5-a); 6-c); 7-b); 8-a); 9-c); 10-c).

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA». DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

A CULTURA É UMA ARMA

Iniciámos no número anterior uma nova rubrica que agradou à esmagadora maioria dos nossos leitores, pelo menos é a impressão que nos ficou pelas manifestações nesse sentido que chegaram à nossa redacção.

O tema deste número é dedicado a um país que pertence a uma das civilizações mais antigas e avançadas.

A Grécia, em grego Hellas, é um dos estados da península balcânica, banhada a leste pelo mar Egeu, ao sul pelo Mediterrâneo, a oeste pelo mar Jónico: limitado a norte pela Bulgária, Jugoslávia e Albânia.

A superfície da Grécia é de 133 mil quilómetros quadrados e a população, em 1960, era de 8 milhões, aproximadamente.

GEOGRAFIA

A Grécia, cuja capital é Atenas, é um dos países mais divididos em pequenas regiões e das mais montanhosas da Europa. As suas costas são recortadas em golfos, tais como o golfo de Corinto ou Lepanto ligado à célebre batalha de Lepanto, é formado pelas ilhas Jónias (Zante, Cefalónia, Lencade) e isola a Moreia ou Peloponeso do resto do país.

O Peloponeso está ligado ao continente pelo istmo de corinto, hoje cortado por um canal. A cordilheira helénica ou Pindo atravessa a Grécia de Norte a Sul e projecta numerosas ramificações, que formam os montes de Ótris e do Olimpo que se prolongam para sudoeste em penínsulas compridas e estreitas (Ática, Argólida) prolongando-se ainda por ilhas: Fubeia, Espórades, Cíclades.

Os rios mais importantes são: o Selénvia (que atravessa a fértil planície da Tessália, o Aspropótamo e o Esperquias. O clima é quente e seco, salvo nas costas. O solo é rico em ferro, zinco, bauxite, ganés, mármore e cobre.

A indústria é medíocre.

No capítulo das exportações a Grécia vende para o estrangeiro, uvas, vinhos, azeite, figos e minerais.

HISTÓRIA

As primeiras populações da Grécia, vizinhas da barbaria, designadas sob o nome vago de Pelasgos, receberam dos Egeus e Cretenses (Minuanos) os primeiros elementos de civilização.

No século XVI a. C. apareceram os Aquens, vindos da Europa central. Fundiram-se com os Minuanos para formar a civilização micénica; são os tempos heróicos da guerra de Tróia.

Chega em seguida a vaga dos Dórios. Encontram-se os Dórios no Peloponeso, os Fólios no centro e os Jónios na África. Pouco a pouco, as cidades gregas constituem-se em cidades militares (sobretudo na região dória) ou comerciais. Esparta, tipo da cidade militar, chegou, depois das guerras de Messénia, a estabelecer a sua preponderância sobre todo o Peloponeso.

Atenas foi organizada por Teseu. As cidades comerciais (Corinto, Corcira, Cálcis, etc.) fundaram colónias nas costas do Mediterrâneo ocidental, na Grande Grécia e na Sicília.

O mundo grego estendeu-se ao mesmo tempo sobre o litoral asiático do mar Egeu e do Helesponto, onde florescem Mileto, Sardes, Fócia, etc.

Como, depois de ter submetido os gregos da Ásia, a Pérsia ameaçasse os gregos da Europa, Esparta e Atenas organizaram a resistência e repeliram o invasor (guerras médicas, V Século). Depois dessas guerras, Pércles cobre de monumentos Atenas, que, já no tempo de Aristides e Címon, se tornara o centro de um império colonial, que se estendia por todo o Mar Egeu e fez dela a sede da civilização helénica, mas a guerra do Peloponeso (431-404), originada na

rivalidade de Esparta e Atenas, foi a recusa da ruína desta última.

No século seguinte, Tebas, com Epaminondas e Pelópidas, disputa por sua vez a hegemonia a Esparta. Estas lutas sucessivas enfraquecem as cidades. Filipe, a despeito dos esforços de Demóstenes, pôde impôr à Grécia a supremacia da Macedónia, e seu filho Alexandre derrubou o império dos Persas, inimigo comum dos Helenos.

Pela morte do conquistador macedónico, os seus generais dividiram o império entre si, mas os Etólios cometeram a imprudência de chamar os Romanos em seu auxílio, e a Grécia ficou reduzida a uma província romana com o nome de Acaia.

O fracasso dos empreendimentos de Mitridates, a tomada de Atenas e do Pireu por Sila, tiraram a Grécia as suas últimas esperanças. Contudo, a sua influência moral, intelectual e literária aumentou. Os seus filósofos, os seus artistas, os seus gramáticos, levaram a Roma o génio grego. Essa prosperidade só findou depois da tomada de Constantinopla.

Submetida ao Império do Oriente durante a Idade Média, saqueada pelas invasões dos Visigodos, dos Ávaros e dos Eslavos, a Grécia caiu, no século XIII, em poder dos Cruzados.

Mais tarde, no século XV, os turcos invadiram a Grécia, conquistando-a. Em 1821 a Grécia sublevou-se, mas só em 1826, no cerco de Missolongue, se iniciou a independência da Grécia. Graças à intervenção da França, da Inglaterra e da Rússia, cujas esquadras destruíram a frota da Turquia em Navarino (1827) e impuseram ao sultão o tratado de Andrinopla (1829) declarando a Grécia reino independente.

Em 1940 em plena expansão fascista a Grécia resistiu às investidas italianas, mas mais tarde as tropas nazi-fascistas ocuparam o país até à derrota de Hitler.

LITERATURA

Foi na Grécia que nasceram as formas mais elevadas e mais perfeitas da literatura e arte antigas.

A literatura épica nasce das profundezas da alma nacional helénica com a Iliada e a Odisseia e as poesias cosmogónicas de Hesíodo.

A poesia lírica, com o seu carácter religioso, político ou elegíaco, sucede-lhe no século VI, representada por Terpandro, Arquiloque, Tirteu, Sólon, Simónides, Anacreonte, Píndaro e muitos outros.

Na época clássica, particularmente durante o século de Pércles, todos os géneros literários atingem a sua forma mais pura. A tragédia com Esquilo, Sófocles e Eurípedes. A comédia com Aristófanes. A história com Heródoto, Tucídides e Xenofonte. A filosofia com Platão e Aristóteles. A eloquência com os oradores como Isócrates, Demóstenes, Licurgo, etc.

Durante esse mesmo período a arte grega triunfava na beleza simples e apurada da sua arquitectura religiosa (Partenão, templo de Olimpo), com a verdade e a elegância da sua estatuaría (Miron, Policeto, Fídias, Praxíteles, Lisipo) e das suas escolas de pintura (Polignoto, Micon, Zeús e muitos outros).

A filosofia, porém, brilha ainda com a nova Academia, o estoicismo (Zenão), o epicurismo (Epicuro), o ceptimismo (Pirro) e especialmente o neoplatonismo (Plotino, Porfírio, Jámblico).

BOMBA DE NEUTRÕES

Bomba de neutrões,
Tu és a morte.
És o fim do homem,
Tu defendes a arquitectura;
mas matas:
para os seres vivos
tu és a sepultura.
Actuas devagar,
lentamente;
só tens ódio,
só tens rancor.
És o fim do povo,
de toda a gente;
em ti não há justiça,
nem amor.
És a voz da inconsciência,
o monstro da crueldade;
és a tristeza, a cobiça;
és o tormento, a desgraça,
és o fim da humanidade.

Bomba de neutrões
não venhas...
lembra-te das crianças,
da vida,
da liberdade,
da paz...!

SÁ FLORES

VALEU A PENA...

Valeu a pena, sim,
valeu a pena,
eu creio e espero,
sofrer na carne,
sofrer na nossa mente
a tenebrosa e longa caminhada
do desespero
e da tirania,
para poder gritar
agora, livremente,
em pleno dia:
Avante, camarada!

Seja este Natal libertador
do Cristo livre
que nos convocou
p'rá luta pelo amor
e a igualdade,
e seja
o Novo Ano que lá vem,
o ano que consagra a liberdade
do povo português
como ele deseja!

Que seja o ano da Libertação
dos povos que resistem entre alge-
[mas,

gemidos e revoltas e afectos,
para depois lembrarmos
o que este ou outro fez
sob esses lemas
de luta e o contarmos,
mais tarde, aos nossos netos
em poemas
na História gloriosa: Era uma vez...

Valeu a pena, sim,
resgatar do pó,
mais uma vez,
no impulso derradeiro,
que já não será só
do povo português,
mas sim do mundo inteiro!

ALSÁCIA F. MACHADO

MORTE LENTA

Cruzando o azul do céu
desafiando a lei da gravidade
um avião
que traz no seu bojo
um objecto
chamado «arma limpa»
— a bomba de neutrões

Atenção habitantes
não vos assusteis,
ainda têm
dois dias
talvez três
de vida
de vida-morta,
mas,
nada de preocupações

Os museus
as estátuas
as casas
continuarão
inteiras
de pé.

E o vil objecto
frio
cínico
cruel

igual aos seus criadores
começa a sua missão —
Matar.
Matar mas lentamente
agonizantemente
não destruindo
nem casas
nem palácios
nem estátuas
apenas homens.

Quem és tu bomba de neutrões?
De onde vens?
Quem te inventou?
Com que fim?

DIREITOS DO HOMEM!?
— NÃO ME FAÇAM RIR.

VÍTOR SENCO

COMPANHEIRA

Teus dois olhos magoados
e os passos que dás
fazem-me ir ao teu encontro.

É a comunhão-esperança
dos passos dados
dos passos encontrados
na manhã de sol.

É a alegria de estarmos juntos
e percorrer o tempo
buscando soluções
para o dia de hoje,

VÍTOR LUIS GRILLO

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO ESQUI PARA DEFICIENTES DE PARALISIA CEREBRAL

Proseguimos a publicação de uma série de comunicações apresentadas no Seminário de Desporto e Tempos Livres para Deficientes que se realizou em fins de Setembro, em Lisboa. Com a publicação destas comunicações tentamos contribuir para que o que no Seminário se disse e concluiu venha a ser do conhecimento de um grande número de pessoas deficientes e não deficientes.

A comunicação que a seguir publicamos foi apresentada por Rodney Gordon, arquitecto e conselheiro de esqui da Spastics Society da Grã-Bretanha.

Há pouco mais de dois anos, o dr. David Morris, pediatra e um entusiasta do esqui, sugeriu à The Spastics Society que umas férias passadas a fazer esqui na Suíça seriam uma expansão agradável das actividades recreativas da Sociedade.

Contactaram-se várias organizações de esqui na Grã-Bretanha para saber se poderiam organizar tal expedição. Os organismos oficiais pareciam ter ideias reservadas sobre o assunto e a impressão geral dada à Sociedade foi que não era possível ensinar os espásticos a fazer esqui. A Sociedade procurou então no estrangeiro para ver se algum país europeu tinha experimentado tal ideia. O único país parecia ser a Suíça e um representante foi enviado para estudar os seus métodos.

Os suíços têm já boa experiência no ensino de esqui aos espásticos, pois, como se pode calcular, para as crianças que moram em aldeias longínquas, o saber fazer esqui é muito mais uma maneira de transporte do que uma forma de recreio. Estas crianças recebem um programa intensivo de treino pré-esqui no ginásio antes de ir para as pistas e regressam para continuar o curso, ano após ano. Os professores além de instrutores de esqui são também fisioterapeutas.

O curso era duro e intensivo e não era conduzido como um curso de férias. Como já disse, a ideia era tornar estas crianças tão competentes sobre os esquis que pudessem voltar para as suas aldeias e usar a sua habilidade durante um dia normal de inverno.

Os suíços muito simpaticamente decidiram ajudar-nos. Era óbvio que a nossa primeira decisão tinha que ser tomada acerca de quanta ênfase dar ao trabalho necessário à aquisição das habilidades necessárias de esqui, ou se considerávamos o fazer esqui simplesmente como parte das férias. Era óbvio também que a nossa proposta duma semana de férias a fazer esqui com os espásticos estava muito longe de ser a ideia dos suíços. Portanto, decidimos aprender tudo que pudessem dos métodos de ensino mas organizaríamos a primeira viagem mais como férias de Inverno.

E assim a Sociedade decidiu fazer tudo independentemente. Foram enviadas circulares a diversas escolas e centros de instrução e juntou-se um grupo de jovens incapacitados. O critério escolhido para a selecção foi que todos tinham que se levantar do solo sem assistência e de andar aproximadamente 400 metros. O grupo final era constituído por 15 jovens entre os 16 e os 23 anos, dos quais 12 eram hemiplégicos, 2 ligeiramente quadriplégicos e 1 atetóide. Dos 15, seis sofriram de grande mal, mas bastante bem controlado medicamente.

O problema seguinte era escolher as pessoas para os acompanhar.

O sr. David Morris, de quem tinha partido a ideia, foi eleito chefe da expedição. A Sociedade destacou duas raparigas para acompanhar a ex-

pedição; ambas tinham algum conhecimento do esqui e estavam habituadas a lidar com incapacitados, tendo-os já acompanhado noutras viagens ao estrangeiro, tais como a peregrinação anual a Lourdes. Uma delas era nadadora hábil e já tinha ensinado os incapacitados a nadar. Na altura em que o sr. David Morris começou a falar nesta ideia, o sr. Derek Lancaster-Gaye perguntou-me a opinião sobre o assunto, porque sabia que eu, além de arquitecto, também era um entusiasta do esqui. Achei uma ótima ideia e prometi-lhe todo o apoio que lhe pudesse prestar. E sem saber bem como, fui eleito instrutor chefe e coordenador do programa de esqui. Era uma responsabilidade bastante grande, porque, embora eu tivesse praticado esqui durante muitos anos, e tivesse uma ideia geral dos métodos de ensino moderno, não posso de maneira nenhuma ser considerado um instrutor hábil. O sr. Henry Poirier, cirurgião e consultor ortopédico, e igualmente um entusiasta de esqui, foi eleito meu ajudante, e assumiria também as funções de ortopedista do grupo. Uma pessoa muito útil para levar em qualquer expedição para a neve. O sr. David Morris, além de ser o chefe do grupo, daria também conselhos médicos.

As duas raparigas, Rusty e Julie, de quem já falámos, levaram (infelizmente) os seus namorados. Um deles, o Peter, fazia bastante bem esqui, que ele tinha aprendido na Suíça e na Nova Zelândia e seria o terceiro instrutor. O outro, que já tinha trabalhado bastante como voluntário na Sociedade, tirou um curso rápido de equipamento vídeo e máquinas fotográficas e de filmar, e num curto espaço de tempo tornou-se o fotógrafo oficial do grupo. Fez um registo fiel de todos os programas, de esqui, não só em fotografias, mas também numa máquina de filmar vídeo para análise posterior. Uma versão editada desta fita pode ser vista no programa do filme.

O problema seguinte foi a escolha de local. A decisão de ir a Itália foi principalmente tomada devido ao preço, e a agência de viagens normalmente frequentada pela Sociedade sugeriu um programa em San Valentino nos Dolomites italianos, bastante perto de Lago Guarda.

A agência confessou não ser perita no campo do esqui; no entanto, já tinha organizado várias expedições escolares para este local.

O preço era razoável e podiam fornecer-nos um instrutor que falava inglês, que tinha contrato permanente da agência com a Escola Italiana de Esqui. Na retrospectiva, este local não era ideal, mas isto não foi nem culpa do local nem da organização. Como se pode apreciar, as condições necessárias para ensinar os espásticos a fazer esqui são bastante específicas e foi só por intermédio deste esquema piloto em San Valentino que pudemos estabelecer as condições necessárias para garantir o êxito de tal expedição.

Todos os membros receberam uma circular com as ins-

truções para os exercícios de pré-esqui que são tão importantes para os incapacitados como para os não-incapacitados. Juntámo-nos finalmente em Fitzroy Square na véspera da nossa partida para nos conhecermos uns aos outros.

Em Verona, encontramos o sr. Mike Blackburn, instrutor qualificado da Escola Italiana de Esqui, e a primeira coisa que fizemos foi estudar o programa de esqui com o Mike, que achou, como nós, que fazíamos uma viagem para um mundo desconhecido. A nossa viagem passou sem grandes problemas visto que o local era só a duas horas de camioneta do aeroporto de Verona. Os problemas começaram à nossa chegada.

As botas: alguns tinham os pés de tamanhos diferentes. Usando botas ajustáveis descobrimos que a diferença dum tamanho podia-se resolver num par de botas de tamanho normal. Um membro do grupo, devido a grave deformação num pé, e apesar de várias tentativas da parte dos médicos de lho aliviar com uma esponja, ficou com uma bolha enorme devido à rigidez da bota.

O cumprimento dos esquis



Os deficientes podem e devem ter acesso a qualquer tipo de desporto

teve que ser um meio termo. Se o esqui era curto de mais não seguiam em linha recta. Se o esqui era demasiado comprido era difícil controlá-lo e em geral descobriu-se que um esqui normal da mesma altura do esquiador era a melhor solução. Não tivemos oportunidade de experimentar o novo tipo de esqui de recreio, o esqui curto, o que teria feito bastante diferença na execução inicial. Seja como for, esperamos poder experimentá-los na nossa próxima deslocação.

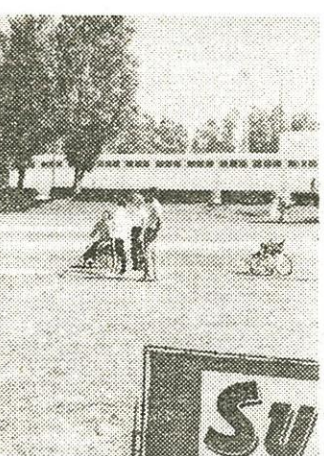
A nova forma de ligação, que se usa normalmente hoje em dia, foi indispensável, e pode-se imaginar as dificuldades que se teriam tido com os métodos antigos.

Embora no primeiro dia demorasse bastante tempo e assistência da parte dos instrutores e dos ajudantes para o grupo estar equipado ao acabar a semana todos conseguiram calçar as botas e os esquis sem ajuda, ou então com uma simples assistência dum amigo. De qualquer maneira, foi bom que os instrutores tivessem verificado o seu equipamento e apesar da nossa vigilância ainda encontramos um dos rapazes a fazer esqui no quarto dia com duas botas do pé esquerdo, que só detectámos porque uma das ajudantes tinha perdido a bota dela. O rapaz andava há meia hora com as botas sem ter notado diferença alguma.

A primeira manhã na pista passou com o calçar das botas e dos esquis e os primeiros exercícios estáticos. Estes exercícios repetiam-se todas as manhãs antes de se passar aos exercícios de movimento. A nossa intenção era dar instrução de manhã, e os que

quisessem podiam ir para as pistas durante a tarde com dois instrutores a supervisionar. O nosso grupo de instrutores tornou-se extremamente competente em supervisionar os esquiadores a andar, cair e voltar a pôr-se de pé.

Foi por esta altura que aprendemos a nossa primeira lição. Como talvez saibam, há uma maneira correcta de se levantar quando se acaba de cair. O método normal é de ajustar o corpo com os esquis virados para baixo em posição paralela, e desta posição levantar-se com o bastão. Isto resulta muito bem para quem não seja incapacitado mas se essa posição superior calhasse coincidir com o lado fraco do corpo então era quase impossível. No entanto, alguns conseguiram fazê-lo ao contrário, que era ficarem mais abaixo dos esquis, e depois põem-se numa posição horizontal antes de atingir a vertical, proeza que nem um esquiador atlélico consegue com facilidade. A lição que aprendemos foi a de reduzir ao mínimo as deficiências deles e exagerar as vantagens, e este princípio ajudou-nos muito durante o programa como já vão ver. Para explicar exactamente o



que aconteceu, descobrimos que tinham tanta força no braço bom que podiam o impossível, que é empurrar contra a subida.

No segundo dia experimentámos alguns exercícios simples de movimento, dobrando os joelhos, levantando e sentando facilmente, e vários outros movimentos, e mover o corpo como depois o fariam uma vez em andamento. Surpreendentemente, a diferença no comprimento da perna não causava problema sendo resolvido dobrando mais a perna boa, mas surgiram outros problemas. Para alguns, não era possível inclinarem-se para a frente na posição normal de esqui porque quando dobravam os joelhos inclinavam-se para trás e sentavam-se. Em segundo lugar, embora tentássemos arranjar os trajectos mais curtos de maneira a que acabassem num monte de neve para o esquiador poder parar, o controlo era tão pouco que, muitas vezes, passavam ao lado do monte e desapareciam pela pista abaixo, parando só ao cair ou então quando acabava a neve! Em terceiro lugar, tínhamos esquecido o pouco poder de concentração que muitas vezes acompanha certos tipos de espasticismo.

A noite mostrávamos os filmes tirados durante o dia, que tinham grande atracção, mas nós os instrutores olhámos bem para eles porque tínhamos muitos problemas a resolver no nosso programa do dia seguinte. Logo ao princípio decidimos que os instrutores e ajudantes teriam uma reunião todas as noites para passar revista aos acontecimentos do dia e planejar o programa do dia seguinte, e passámos muito tempo nes-

se primeiro dia a discutir o progresso que tinha sido feito.

Pareceu-nos que, embora nuns casos os problemas estavam a ser reduzidos ao mínimo pela falta de movimento permitido pelas botas de esqui, também isto impedia algumas pessoas de se inclinarem para a frente dentro das botas para pôr o centro de gravidade onde devia estar. Decidiu-se então que, para estas pessoas conseguirem o centro de gravidade no sítio certo, teriam que esticar as nádegas para fora e inclinarem-se a partir da cintura. Era um pouco malfeito, mas deu resultado. A seguir decidimos que tinha que se dar prioridade em ensinar aos nossos alunos como parar e virar. Até aí, tínhamos seguido de perto o sistema suíço. Agora terei que explicar mais minuciosamente e terei que empregar termos que os meus ouvintes que são praticantes de esqui decerto compreenderão, e peço aos outros que me oíçam com paciência. Os suíços ensinam as crianças a entrar directamente da posição transversal para a paragem em subida e daí para a volta paralela. Apesar deste método estar muito na moda e hoje em dia ser empregado especialmente em França, e com esquis curtos, iria demorar muito tempo e uma semana não chegaria. Em segundo lugar, os nossos alunos estavam a divertir-se imenso, mas começavam a ficar um pouco frustrados ao verificarem que não podiam parar e voltar como as outras pessoas o faziam na maneira tradicional, e que quiséssemos quer não, iriam aprender a fazê-lo por observação dos outros esquiadores. Apesar de pensar que não devíamos ensinar os incapacitados a fazer esqui nesta posição, achámos ter que experimentar no dia seguinte. O nosso maior problema era o da posição de «talo» que é com as pernas abertas e os joelhos e pés virados para dentro, que poderia ser uma posição que os incapacitados encontrassem difícil de corrigir. A nossa justificação principal em tentar ensinar as «viragens de talo» era que isto eram férias passadas a fazer esqui e primeiro eles deviam divertir-se e tornar-se o mais móveis quanto possível.

Para manter a atenção deles, inventámos jogos com a ajuda dos nossos instrutores e reunimos todos os ajudantes para dar assistência de um para um em três grupos mais pequenos. Estes não seriam graduados mas teriam os esquiadores melhores e os menos capazes. E no terceiro dia tivemos a história do «limpa-neve». Antes de continuar gostaria de dizer uma ou duas coisas sobre os batons. Percebemos logo ao princípio que dois ou três do nosso grupo não podiam segurar dois batons e decidimos que fariam esqui só com um baton na mão capaz e se achassem mais conveniente fazer esqui sem batons, então podiam largar os dois. Mesmo com um baton todos os nossos alunos foram capazes de se colocarem na posição para o «limpa-neve» em que os esquis estão em V com as pontas formando o bico do V. Faz-se peso no interior para os esquis fecharem na neve, e embora a pista possa ser bastante inclinada, não começam a andar até largar os lados e o peso voltar para a parte chata dos esquis. Logo que comesçassem a andar iam em todas as direcções até pararem ou caírem. Não era um espectáculo elegante mas ao menos estavam todos a andar na pista, o que por definição se poderia chamar de fazer esqui.

Essa noite analisámos o filme e reparámos que o desvio era sempre do mesmo lado e que era sempre do lado oposto

ao espástico. Isto queria dizer que estavam a pôr mais peso no lado afectado e decidimos no dia seguinte fazer com que os alunos inclinassem um pouco mais para o lado bom, e parecendo que não, deu resultado. Pensando bem, percebemos porque é que os suíços não ensinavam os «limpa-neve» e «talo», porque quando se alcançasse o nível mais avançado seria muito difícil de desensinar o aluno dessa maneira esquisita de fazer esqui, mas para esqui de recreio para incapacitados achámos que o ideal seria ensinar os nossos alunos para ao menos se divertirem na pista sem perder o controlo, e que parecessem elegantes ou não era perfeitamente indiferente desde que tirassem partido do esqui.

Tendo resolvido este problema prosseguimos com as voltas. O progresso foi tão rápido que decidimos aceder aos pedidos de dois ou três alunos e levá-los no elevador até à porta dos principiantes. Mas acho que em parte devido ao excitação, não deu resultado.

No quinto dia não fizemos esqui. Os nossos alunos estavam cansados e organizou-se uma excursão de camioneta e um pique-nique ao pé de Lago Guarda de que muito gostámos, e deu aos nossos alunos a oportunidade de descansar e pensar no seu progresso.

O sexto e último dia foi o dia dos concursos. Começámos cedo de manhã com uma hora de exercício enquanto o Mike Blackburn organizava a primeira prova do Clube do Esqui do «The Spastics Society».

Dispôs uma quantidade de batons entre os quais os nossos alunos tinham que passar. Na prova estavam incluídos passos laterais para a esquerda e direita, voltando e fazendo um «schuss», e apanhando o chapéu e as luvas do chão. A duração de cada prova foi anotada e deram-se prémios aos três melhores. O primeiro acabou a prova em pouco mais de 3,5 minutos. Para grande alegria do Mike Blackburn, todos passaram a prova, embora o último membro demorasse 18,5 minutos. O Mike então deu a oportunidade aos melhores de fazerem a prova de uma estrela da Escola Italiana de Esqui. Nisto fazia parte volta de «talo» para a direita e esquerda numa pista simples de slalom e ficámos contentíssimos quando cinco dos nossos alunos passaram.

Na retrospectiva, conseguimos que cinco dos nossos alunos passassem a prova à primeira vez não é nada mau e compara bastante bem com qualquer outro grupo de jovens esquiadores que o fazem pela primeira vez.

Num recenseamento feito aos alunos no fim das férias, dum grupo de 15, 11 queriam vir outra vez no ano seguinte, 2 não tinham a certeza e outros dois não queriam voltar embora se tivessem divertido desta vez. Na nossa análise posterior deste plano, alguns factores tornaram-se muito óbvios. Em primeiro lugar, o grupo todo divertiu-se e ganhou imensa confiança e, segundo os nossos médicos, estão convencidos que não só a viagem valeu a pena dum ponto de vista de saúde física, como também pelo menos um do nosso grupo beneficiou imenso mentalmente.

Outro deles, devido a problemas atetóides, não conseguia jogar à bola, mas adaptou-se aos esquis melhor que qualquer outro deles, e não temos dúvida nenhuma de que fazer esqui é uma actividade de muito valor e estamos a fazer todos os possíveis para assegurar que se torne um acontecimento anual.

NO NATAL

A LEMBRANÇA

A quadra natalícia é tradicionalmente festejada nos lares portugueses. Nesta época a azáfama caseira é muito maior.

São os cozinhados mais requintados, as limpezas profundas, o sacudir do pó das melhores peças, os doces, as compras.

No corre-corre de armazém para armazém, na escolha dos brinquedos para os petizes, esquecem-se tantas coisas que não se deveriam esquecer.

Mas se este Natal é de paz, natis houve, em que homens e mulheres, unidos por vínculos indestrutíveis, sofriam em silêncio, pois esse sofrimento era proibido de ser exteriorizado.

A FAMÍLIA

Como acima dizemos, o Natal é, por tradição, a festa da família.

As melhores toalhas de mesa são postas em uso assim bem como os melhores talheres. A família visitada redobra os esforços e cuidados a fim de, condignamente, receber os familiares que vieram de longe.

São os sorrisos e travessuras dos mais pequenos, os olhares saudosos dos mais velhos, e entre um copo e um pastel, a conversa vai tomando forma, animando-se de tal maneira que, passado um pequeno espaço de tempo, a algazarra está generalizada, interrompida de quando em quando pela mãe atenta, não vão os filhos fazer algum travessura aos parentes.

É claro que se os mais velhos se divertem e fazem planos para o próximo Natal, também os mais pequenos não fazem excepção.

A alegria do brinquedo desejado para este Natal e o ambicionado para o próximo instalam-se no cérebro da criança e, ao fim e ao cabo, a festa é mais para os mais novos. A árvore de natal para pendurar os brinquedos, as luzes que acendem e apagam, enfim todo um ambiente festivo que faz «atirar para trás das costas» as preocupações quotidianas.

A LEMBRANÇA

Neste Natal, quando a família estiver reunida, lembrando com saudade os entes ausentes e, ou desaparecidos, possivelmente, na grande maioria dos lares portugueses, um dos temas das conversas será a guerra colonial.

Raro será o lar que não tenha um membro que um dia, arrancado à família, se não tenha visto, envergando um camuflado e empunhando uma arma, a percorrer, trilhos e picadas, num país distante, forçado a fazer uma guerra que não quis.

Nestes lares, em que o soldado de então tenha voltado são e salvo ao convívio familiar, esse período constitui um mau tempo que, felizmente, já passou.

Noutros lares o mesmo não acontecerá. O filho, irmão, marido, que ficou para sempre em terras longínquas, vítima dum sistema corrupto, será lembrado, com infinita saudade. E quem sabe se a mãe saudosa, a quem as lágrimas ainda não pararam de rolar pela face, por aquele filho querido, que um dia viu partir, cheio de vida e saúde, e que nunca mais o voltou a ver, não coloque o seu prato e o seu talher, testemunhando a saudade.

Mas nos lares que tal não aconteça, nos lares em que as crianças brinquem e riem, será bom, olharem-se essas crianças, e vermos-nos nelas.

Naqueles natis em que as preocupações ainda não nos atingiam.

Naqueles natis em que entre a risada menina e os nossos brinquedos existia a interrogação surda:

— «Irá o meu filho para a guerra?»

Hoje tal interrogação já não se põe nas mentes dos pais portugueses. Mas será bom não esquecermos que ainda existe, neste Portugal de Abril, quem queira regressar ao passado.

Por isso mesmo, entre o fumo dos cigarros e o copo da bebida, será bom reflectirmos um pouco no que foram esses natis para que jamais haja um Natal passado de armas na mão.

Será bem que nessa altura olhemos os sorrisos cândidos das crianças e tomemos consciência que sorrisos não podem, um dia mais tarde, morrer no bojo de um barco ou avião, numa picada ou numa rua de qualquer cidade de um país qualquer.

O que desejamos é que seja natal todos os dias. Que o sorriso das crianças nunca se apague e que jamais essas crianças venham a ser a carne para canhão que um dia nós fomos obrigados a ser.

Que a paz seja paz e que a alegria seja alegria

E esses sorrisos puros, e essa paz, e essa alegria, serão possíveis se todos nós quisermos.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA

DE DIVULGAÇÃO

E ASSINATURAS

-COLABORA

NATAL DOS SIMPLES

Nesta época festiva, em que se costumam distribuir sorrisos e amabilidades, em que a azáfama caseira toma proporções maiores que as habituais, em que as lojas se encontram cheias de compradores à procura de objectos para ofertar, o Jornal «ELO», pretende prestar uma sincera homenagem aos simples deste Natal.

Aqueles que são forçados a dormir numa porta qualquer, numa cidade qualquer. Àquelas crianças que choram de fome, àqueles que trabalham para que o Natal de alguns seja mais alegre, aos homens e mulheres da terceira idade, enfim a todos aqueles que o Natal é apenas mais um dia do calendário, àqueles que, por força das circunstâncias, o Natal é mais um dia penoso.

NATAL NA TERCEIRA IDADE

Muitas e muitas vezes, mas não as suficientes, temos abordado nestas páginas, o terrível drama da terceira idade.

Já aqui afirmámos e continuamos a afirmar que a luta dos homens da terceira idade tem que ser acompanhada por todos nós. A luta encetada com vista à melhoria das condições de vida, reformas dignas, etc., são a construção do futuro para os trabalhadores de hoje.

Como se outros motivos não bastassem, este é mais que suficiente para que o trabalhador de hoje sinta que, se amanhã, já velhote, tiver uma reforma e condições sociais dignas, os homens da terceira idade de hoje lhe estão preparando o caminho.

Mas o tema é o Natal. Que Natal para o «casal de velhotes» com reformas de 500 e 900 escudos mensais. Que Natal para esses «velhinhos» cheios de doenças, cansados por uma vida de trabalho desde tenra idade, com os actuais preços de medicamentos e géneros de primeira necessidade?

Que Natal poderá ter esse casal que «escolhem» para este artigo?

Poderia ser tema de um romance, de uma história ditada a um escritor pela musa inspiradora.

Mas não. Não é, infelizmente, um romance. É o drama quotidiano de milhares e milhares de seres humanos que, depois de sugados no trabalho, depois de terem aumentado as riquezas nacional e particular, são atirados para o «lixo» como se de um velho e inútil trapo se tratasse.

Mas, o que doí é que esse anção não é um trapo que se tornou inútil.

É um homem.

Um homem que trabalhou toda uma vida, um homem que sofre, é um ser humano como qualquer outro, tem os seus direitos e obrigações como qualquer outro.

Já não presta para o trabalho! Então não tem direito a comer?

Que estranho mundo este!

Não trabalha agora, mas quantos anos traba-

lhou? Quanta riqueza criou para outros?

E agora... nesta época, que resta a essas centenas, milhares de homens e mulheres, que de Norte a Sul do País pretendem, unicamente, um fim de vida honesto e digno, como honesta e digna foi toda a vida.

Estão sujeitos aos filhos, aos netos, também trabalhadores, que um dia mais tarde, estarão nas mesmas condições.

E aqueles que não têm família?

O NATAL DAS CRIANÇAS

As crianças são as maiores «entusiastas» desta quadra festiva. As montras cheias de brin-

quedos são uma tentação indiscreta. Não consentindo que se gaste mais dinheiro em orçamento que na saúde, não consentindo que haja mais quartéis que bibliotecas, não consentindo que haja mais balas que pão.

NATAL DOS OUTROS SIMPLES

O que dizemos para a terceira idade e para as crianças poderemos dizer para os desempregados, para os trabalhadores que não ganham o suficiente, enfim para uma vasta camada de pessoas, que não lhes deixam ter o necessário e indispensável para fazerem uma vida condigna.

E que Natal para os

A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, DESEJA A TODOS OS DEFICIENTES PORTUGUESES UM FELIZ NATAL E QUE NO PRÓXIMO ANO SE CONCRETIZE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL POR QUE TODOS ANSIAMOS

quedos são uma tentação indiscreta.

Mas, e esses milhares de crianças que pelo mundo fora não têm um único brinquedo. Essas crianças que choram dias e dias com fome e morrem subalimentadas?

Que Natal para essas crianças?

Com o dinheiro de uma bomba de neutrões, quantas crianças poderiam rir, ter alimentos e vestuários e brinquedos e felicidade.

Com o dinheiro de um submarino atómico, de um porta-aviões, etc., quantos postos de trabalho não se criavam? E com esses postos de trabalho quantas crianças poderiam frequentar as escolas, ter um Natal que fosse Natal.

Diz a canção que «Natal é em Dezembro ou quando a gente quiser».

E é importante que Natal será sempre que queiramos, porque está nas nossas mãos a solução das carências de milhões de crianças de todo o mundo.

E como é isso possível? Boicotando de todas as formas ao nosso desenvolvimento bélico.

deficientes que são forçados a esmolarem a fim de garantirem a sua subsistência.

E que Natal para os presos políticos de todo o mundo?

Esta foi a homenagem que quisemos prestar a esses homens, mulheres e crianças abandonados. Infelizmente não está na nossa mão a resolução de todos os problemas, pois nós próprios nos debatemos com graves carências, mas talvez que as nossas palavras sejam uma pedra, ou mesma uma pedrinha lançada às consciências de quem tem culpa que o mundo seja cruel e injusto.

Talvez que as nossas palavras, juntamente com outras e muitas outras mais, já sejam uma pedra grande lançada ao mundo.

Talvez que as nossas palavras, com outras e mais outras e muitas outras mais, em todas as latitudes em todos os continentes contribuam para as transformações que desejamos ver operadas.

Talvez que todas as palavras juntas tenham mais força que imaginamos.

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

SUBSÍDIO PARA COMPRA DE CADEIRAS DE RODAS TRICICLOS MOTORIZADOS E COMPARTICIPAÇÃO NA COMPRA DE VIATURA PRÓPRIA

A pedido da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, foi instituído pela Fundação Calouste Gulbenkian um subsídio destinado aos deficientes das Forças Armadas, sócios da ADFA, que por razões da sua deficiência e dificuldades monetárias necessitassem de adquirir cadeiras de rodas, triciclos motorizados ou viatura automóvel. O subsídio inicial, constituído pela Fundação, foi no montante de 300 000\$00 (Trezentos Mil Escudos) sendo renovado por mais duas vezes em 9/8/76 e 10/5/77, sendo, nestes dois últimos casos, os subsídios no montante de 200 000\$00 (Duzentos Mil Escudos) cada. No conjunto, e no período de 2 anos, foram constituídos pela Fundação Calouste Gulbenkian em favor dos deficientes das Forças Armadas subsídios no montante de 700 000\$00 (Setecentos Mil Escudos) distribuídos, já na sua totalidade, pela ADFA aos seus associados.

Desde 7/2/76, data da primeira distribuição, até 19/10/77 foram atribuídos subsídios para compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e comparticipação na compra de viatura própria a 77 deficientes sócios da ADFA.

Dos subsídios distribuídos pela Associação, a maior percentagem foi destinada à comparticipação na compra de viatura própria, no montante de 653 750\$00, já que à quase totalidade dos associados que solicitaram o presente subsídio foram atribuídas pelos ser-

viços competentes do H. M. P. as cadeiras de rodas e os triciclos motorizados, tanto aos considerados ao abrigo do Decreto-Lei 43/76 como àqueles considerados somente ao abrigo do Decreto 498/72. Apenas 18 250\$00 do total do subsídio foram destinados à compra

A ADFA VAI PARTICIPAR NUM TORNEIO DE FUTEBOL DE SALÃO

A ADFA inscreveu-se já para participar num torneio de futebol de salão que se realizará em Lisboa durante os meses de Janeiro e Fevereiro. Trata-se do 1.º torneio de futebol de salão «Isidoro». Os jogos realizar-se-ão nos dias 7, 14, 21 e 28 de Janeiro e nos dias 11 e 18 de Fevereiro, sempre entre as 10 horas e o meio dia, nos campos de futebol do INATEL na Avenida Rio de Janeiro em Lisboa.

Entretanto, estava prevista a deslocação de uma equipa de futebol de salão de Lisboa ao Porto, no passado dia 8 de Dezembro, a fim de realizar jogos com equipas da de-

legação do Porto, não se tendo, contudo, verificado essa deslocação devido a dificuldades de transportes surgidas à última hora. Esteve presente no Porto, conforme noticiamos noutro local deste jornal, uma equipa de futebol de salão da delegação de Viseu, que participou na confraternização desportiva incluída nas comemorações do aniversário da delegação da Associação no Porto.

ram atribuídos somente a deficientes que apresentam graves deficiências motoras sendo a distribuição feita por indivíduos cujas deficiências estão referidas no mapa a seguir publicado.

Os montantes atribuídos a cada indivíduo variam entre 4000\$00 e 19 000\$00 escudos, contribuindo para o aparecimento deste leque várias coordenadas de entre as quais podemos salientar a deficiência dos indivíduos, o estado civil, se abrangido pelo Dec.-Lei 43/76 e outras condicionantes próprias de cada caso. A atribuição destes montantes é também prevista pelas normas aprovadas e as diferenciações de critérios verificados num caso ou outro foram motivadas apenas pelas conclusões finais do inquérito respectivo que constitui o documento essencial para a elaboração dos processos individuais de atribuição. Consideramos que os critérios utilizados na distribuição dos Setecentos Mil Escudos, montante total dos subsídios constituídos pela Fundação Calouste Gulbenkian, foram baseados numa constante procura de justiça, admitindo-se que num caso ou noutro a apreciação final não

fosse a mais coerente, mas, se casos houve, eles devem-se tão somente aos riscos do subjectivismo humano que em todas as acções se manifesta.

Apesar de pensarmos que poucas falhas houve neste processo, somos de opinião de que, dadas as abismais diferenças existentes entre os deficientes das Forças Armadas motivadas por direitos auferidos por uns, nomeadamente pelo Dec.-Lei 43/76, enquanto a outros tudo é negado, deficientes não abrangidos por qualquer legislação, e ain-

da a outros são apenas concedidos direitos parciais e pouco abonatórios da dignidade humana, se torna necessário rever o critério adoptado.

Nesta perspectiva, e terminado o que foi o primeiro ciclo de atribuições dos presentes subsídios, por esgotamento total de verbas, foi do parecer da Secção de Assistência Social submeter à Direcção Central da ADFA uma proposta de revisão das Normas que vinham sendo utilizadas no sentido de um aumento sensível do leque dos montantes atribuídos de molde a demarcar com maior justiça as carências que cada deficiente apresenta com base nos seguintes pontos:

Estado civil; abrangido pelo Dec.-Lei 43/76; reformado em serviço; não abrangido por qualquer legislação. Mantém-se, contudo, o grau de deficiência como factor predominante.

A proposta apresentada à Direcção Central foi aprovada na generalidade e enviada à Fundação Calouste Gulbenkian, conjuntamente com o novo pedido de subsídio que esperamos ser, tal como os anteriores, atendido por aquela Fundação.

ESTÁGIO NA ALEMANHA

Conforme noticiamos no penúltimo número do «Elo», deslocaram-se à Alemanha Federal dois sócios da Associação, onde frequentaram um estágio de três semanas na Clínica Ortopédica de Heidelberg, além de visitas a outros centros de reabilitação de deficientes. Neste número não nos é possível apresentar as conclusões deste estágio, o que faremos no próximo número.

OS DEFICIENTES TÊM DIREITOS E DEVERES COMO QUALQUER CIDADÃO

Um dos princípios mais sólidos estabelecidos no selo da ADFA é de que os deficientes devem ser cidadãos responsáveis, senhores dos seus direitos, por eles lutando e defendendo-os, e, simultaneamente, cumpridores dos seus deveres.

Isto, contrariamente, ao que é de certo modo tradicional na nossa terra, pois que, por sistema, o deficiente é encarado como um ser que recebe e que em troca nada dá. Recebe compaixão, caridade e, quando possível, «regaliazinhas». Em contrapartida dele nada se costuma exigir.

Uma nova filosofia, assente em alguns já sólidos princípios da ADFA, terá que fazer carreira — e faz, disso há já sobejas provas — a fim de restituir ao deficiente a dignidade a que ele, na sua condição de ser humano, tem direito. Assim se tem lutado para que aos deficientes sejam facultadas as condições necessárias para uma vida digna e paralelamente se tem lutado para que os deficientes assumam as suas responsabilidades, usufruindo dos direitos conquistados e não aceitando «pequenas regalias», fruto de sentimentos invertidos e muito menos que sejam eles, deficientes, a procurá-las.

Isto tudo a propósito de alguns casos lamentáveis, felizmente poucos, de deficientes das Forças Armadas que pretenderam furtar-se à lei, nomeadamente na importação de alguns objectos. Estes casos foram objecto de análise do Subsecretário do Orçamento que autorizou, a título excepcional, a livre entrega das mercadorias.

Este membro do Governo solicitou, no entanto, à Associação que esclarecesse e prevenisse os deficientes que, doravante, apenas serão concedidos os benefícios e isenções expressamente consignados na lei.

Por conseguinte, aqui se esclarecem e previnem os sócios da Associação para esta determinação daquele membro do Governo.

A Direcção Central da ADFA expressou já a sua posição, pela segunda vez, quanto a este assunto, junto das entidades responsáveis, posição que será sempre, nesta matéria, inflexível.

Alberto de Andrade Pinto	618	7/2/76	Paraplegia	Compart. Aut.	12.000\$00
Francisco Alberto Sanches	723	7/2/76	»	»	15.000\$00
José Casimiro A. Pinto	401	7/2/76	»	»	12.000\$00
Francisco Lopes Palma	2.542	7/2/76	»	»	11.000\$00
Francisco José	1.689	7/2/76	»	»	6.000\$00
Lauriano José V. da Silva	607	12/2/76	»	»	10.000\$00
Manuel Valentim M. Gouveia	377	19/2/76	Biamputado	»	7.000\$00
Augusto da Costa Ferreira	1.979	19/2/76	»	»	13.000\$00
Fernando Nunes Francisco	598	19/2/76	Paraplegia	»	10.000\$00
Fernando de Jesus Sousa	210	19/2/76	Biamputado	»	8.000\$00
Carlos Manuel Fanado	276	19/2/76	Amputado	»	5.000\$00
Manuel Luís Martins	376	19/2/76	Biamputado	»	8.000\$00
Manuel Pinto Alves Caldas	67	26/3/76	Paral./Frac.	»	5.000\$00
Fernando da Silva Nunes	2.055	26/3/76	Paraplegia	»	10.000\$00
José Vicente Penedo	378	25/3/76	»	»	9.000\$00
Carlos Manuel Pereira	585	26/3/76	»	»	13.000\$00
Laurindo José F. da Costa	2.427	26/3/76	Amputado	»	5.000\$00
Valentino Kandjovo	1.066	25/3/76	Paraplegia	»	8.000\$00
Francisco Domingos Ferreira	131	25/3/76	Amputado	»	5.000\$00
Bernardino António Azevedo	3	25/3/76	Amputado	»	4.000\$00
Mário dos Santos Sobral	391	25/3/76	Paraplegia	Adapt. Auto.	4.500\$00
Armando Barradas da Conceição	209	25/3/76	Paraplegia	Compart. Aut.	11.000\$00
José Rama Monteiro Dentinho	266	25/3/76	Tetraplegia	»	12.000\$00
José Lucas dos Santos	205	25/3/76	Paraplegia	»	9.000\$00
Justino de Amorim Grilo	368	25/3/76	Paral./Memb.	»	7.000\$00
António Augusto Abrantes	3.611	25/3/76	Tetraplegia	»	15.000\$00
António Fernando F. Ribeiro	25	25/3/76	Tetraplegia	»	12.000\$00
José Augusto Páscoa Calção	471	25/3/76	Biamputado	»	8.000\$00
António da Silva Guerra	1.611	25/3/76	Paraplegia	Cadeir. de Rod.	8.250\$00
António dos S. Ferreira	2.508	27/4/76	Amputado	Compart. Aut.	6.000\$00
Francisco de Oliveira Moura	983	27/4/76	Paraplegia	Cadeir. de Rod.	10.000\$00
Manuel Francisco C. Sequeira	609	13/10/76	»	Compart. Aut.	10.000\$00
Manuel da Silva C. Filipe	4.204	13/10/76	Amputado	Tricic. Motor.	9.000\$00
Manuel Lopes de Sousa	641	7/10/76	Biamputado	Compart. Aut.	9.000\$00
José Jorge Pires Dionísio	1.836	7/10/76	Biamputado	»	8.000\$00
Luis Francisco C. Mota	1.714	7/10/76	Paraplegia	»	16.000\$00
Rui António M. da S. Briote	2.098	7/10/76	Paraplegia	»	9.000\$00
Carlos Alberto C. S. Noivo	931	7/10/76	Amputado	»	5.000\$00
João Manuel Mendes Simão	942	7/10/76	Paraplegia	»	9.000\$00
Manuel Neves Cordeiro	137	7/10/76	Amputado	»	5.000\$00
Vitor Manuel C. Sengo	2.556	7/10/76	»	»	5.000\$00
José Amaro Lopes Ribeiro	4.164	17/12/76	Paraplegia	Repar. Auto	17.000\$00
Carlos Augusto G. da Costa	3.822	17/12/76	»	Compart. Aut.	8.000\$00
Domingos Fernandes Ribeiro	662	16/12/76	»	»	8.000\$00
António Marques de Matos	418	16/12/76	Amputado	»	5.000\$00
Joaquim Mesquita Fernandes	1.111	16/12/76	Paraplegia	»	10.000\$00
Alberto de Jesus Calado	389	17/1/77	Tetraplegia	»	19.000\$00
Reinaldo Gomes Pereira	387	17/1/77	Paraplegia	»	8.000\$00
António M. M. dos Santos	397	17/1/77	»	»	8.000\$00
Agostinho de Jesus Ferreira	93	17/1/77	»	»	6.000\$00
Filipe Vicente G. Maltês	388	17/2/77	»	»	17.000\$00
António José da S. Lopes	671	17/2/77	Tetraplegia	»	10.000\$00
João do Carmo Valente	859	17/2/77	Invisual	»	7.000\$00
José Ferreira da Cunha	1.902	17/2/77	Paraplegia	»	5.250\$00
Fernando da Silva Ribeiro	264	17/2/77	»	»	8.000\$00
Fernando Bernardino Plácido	5.857	30/8/77	»	»	9.000\$00
Domingos Martins Figueiredo	373	2/8/77	»	»	16.000\$00
José Lopes Martins	877	30/8/77	»	»	11.000\$00
Alvaro Manuel M. Martins	689	3/8/77	»	»	10.000\$00
João Robalo Venâncio	947	30/8/77	»	»	9.000\$00
Manuel Luís Pina Vaz	4.754	10/8/77	»	»	14.000\$00
Durval da Silva Ferreira	1.238	22/8/77	»	»	10.000\$00
Manuel Gomes Ramos	1.453	3/8/77	Amputação	»	8.000\$00
José Augusto Ribeiro Soares	30	3/8/77	»	»	8.000\$00
Domingos da Costa Gomes	1.236	3/8/77	»	»	7.000\$00
Umaro Baldé	270	2/8/77	»	»	7.000\$00
João Augusto Lopes	2.805	2/8/77	»	»	5.000\$00
Manuel Augusto A. Tavares	2.922	10/8/77	Fracturas	»	5.000\$00
Eurico Luís Silva R. Pegas	2.410	2/8/77	Amputação	»	4.000\$00
Mamadou Boi Baldé	1.373	10/8/77	Fracturas	»	4.000\$00
Francisco Oliveira Moura	983	19/10/77	Paraplegia	Triciclo	19.000\$00
Manuel dos Reis da Encarnação	613	19/10/77	Tetraplegia	Compart. Aut.	13.000\$00
António Bernardes	2.060	19/10/77	Fracturas	»	11.000\$00
David Mendes	5.346	19/10/77	Paraplegia	»	10.000\$00
Abílio Vieira de Sousa	251	19/10/77	»	»	9.000\$00
Manuel de Freitas Gouveia	4.502	19/10/77	Amputação	»	7.000\$00
António José O. Cardoso	6.253	19/10/77	»	»	4.000\$00

TOTAL 700.000\$00

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA



Palhaços, uma actuação que faz sempre entusiasmar as crianças

Foto: Farinho Lopes

FESTA DE NATAL DA ADFA FESTA DAS CRIANÇAS

Realizou-se mais uma Festa de Natal da Associação, a quarta desde o início da Associação e este ano na sede e várias delegações.

A Festa de Natal na ADFA, que é essencialmente a festa das crianças, vai ganhando características muito próprias. É efectivamente uma oportunidade, que tem sido bem aproveitada, para sócios e filhos se reunirem e confraternizarem. O número de sócios e filhos que se deslocam para estarem presentes na Festa de Natal tem sido bem significativo. Alguns deslocam-se de distâncias, a dezenas de quilómetros, sacrificando tempo e dinheiro para estarem presentes na festa da Associação.

SECRETARIADO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO REÚNE EM JANEIRO

O Secretariado Nacional da ADFA vai realizar a sua segunda reunião em Janeiro. Ainda não foi marcada a data pela Mesa da Assembleia Geral Nacional, mas terá que ser em Janeiro, dado que passam já três meses depois da primeira reunião, que foi em princípios de Outubro.

Este órgão Nacional da ADFA tem funções, definidas pelos Estatutos, muito importantes para a Associação, competindo-lhe, muito especialmente, garantir uma efectiva coesão da Associação na sua estrutura nacional.

ção, do que se pode deduzir que a motivação não se situa no espectáculo em si, nem nas lembranças para as crianças que, ao contrário do que se deseja (condições económicas da Associação), têm sido sempre modestas. Este ano, em Lisboa, estiveram presentes cerca de quatrocentas crianças.

A festa de Lisboa ofereceu aos pequenos, além dos bombons, balões e brinquedos, um espectáculo com actuação de palhaços, apresentação de um diaporama sobre os «Operários do Natal» com actuação de um grupo de Teatro Infantil e um filme de desenhos animados. Mas o momento mais significativo registou-se com a presença no palco do conhecido Pitum da Cornélia (o arquitecto Francisco Pires do Amaral), que, conjuntamente com a mulher e filha (de cinco anos) apresentaram um número de marionetas.

Foi a primeira vez que se realizou a festa de Natal para as crianças na delegação de Évora.

Estiveram presentes muitos sócios, com os filhos, tendo-se deslocado, alguns, de locais a dezenas de quilómetros.

Não foi possível realizar o programa da festa na íntegra, porque estava a chover e parte desse programa estava previsto para o ar livre, ou seja, realização de jogos tipo «sem barreiras» no recinto do Liceu de Évora, sendo atribuídas às crianças classificadas nos primeiros lugares taças e medalhas. Estas provas foram

substituídas por provas de desenho livre, tendo no final sido distribuídas as medalhas aos autores dos melhores desenhos.

Para além da actuação de uma parolha de palhaços, projecção de filmes e distribuição de brinquedos às crianças, houve, sobretudo, uma confraternização muito calorosa entre os associados e, naturalmente, o entusiasmo e contentamento das crianças.

A festa de Natal de Coimbra foi também a primeira daquela delegação.

Estiveram presentes muitos sócios e crianças. Houve

(Continua na 10.ª pág.)

DESLOCAÇÕES DA DIRECÇÃO CENTRAL ÀS DELEGAÇÕES

Dois elementos da Direcção Central deslocaram-se, recentemente, aos Açores, afim de se dar cumprimento a uma determinação do Secretariado Nacional da Associação.

A ADFA VAI PARTICIPAR NUM TORNEIO DE TIRO AO ALVO

A ADFA foi convidada para participar num torneio de tiro ao alvo (arma de pressão de ar) promovido pela Comissão de Animação Cultural do centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão a realizar em Janeiro ou Fevereiro do próximo ano.

As equipas participantes habilitam-se a ganhar taças neste torneio. A ADFA, por seu turno, oferecerá uma taça. Esperamos que a equipa da ADFA marque posição neste torneio.

COMUNICADO AOS SÓCIOS

Por se revestir de interesse fundamental para os associados, repete-se neste número o comunicado já publicado no número anterior.

Por deliberação da Direcção Central todos os sócios da ADFA deverão regularizar a sua situação quanto ao pagamento de quotas até ao próximo dia 31 de Dezembro de 1977. Findo este prazo será integralmente cumprido o Artigo 10.º dos Estatutos da Associação que a seguir se transcreve:

Art. 10.º — Embora sem perder a sua qualidade de sócio, não poderão usufruir dos direitos mencionados no Art. 8.º (direitos dos sócios) os que tiverem mais de três meses de quotas em atraso.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior os sócios que comprovem dificuldades financeiras insuperáveis.

3 — O atraso injustificado na liquidação das quotas por um período superior a doze meses tem como consequência a perda da qualidade de sócio.

Os sócios deverão, de preferência, pagar as suas quotas na delegação da área em que residem.

SESSÃO CULTURAL EM COIMBRA

Integrada num conjunto de actividades de dinamização e divulgação dos princípios da ADFA, a delegação de Coimbra promoveu, no passado dia 26 de Novembro, no Teatro Gil Vicente daquela cidade, uma sessão cultural composta de variedades —

danças e cantares da nossa terra, folclore e uma peça de teatro.

O espectáculo foi realizado pelo Grupo Recreativo e Associativo da Conraria, que actuou gratuitamente.

Tratou-se de um programa sem ambições comerciais, pois o fim em vista visava essencialmente a difusão da ADFA. Para além da difusão da Associação, foi explicado ao público presente a problemática dos deficientes das Forças Armadas em particular e dos deficientes em geral, assim como foi salientado o papel da ADFA na reabilitação e integração social dos deficientes no nosso país. Foi sublinhado que a ADFA é uma força viva cujo trabalho tem um fim e que a Associação se situa no seio das camadas populares.

Estiveram presentes no espectáculo 452 pessoas, algumas das quais acompanhantes do grupo cultural, estudantes, trabalhadores de enfermagem, assistentes sociais e outros sectores que normalmente colaboram com a delegação da Associação de Coimbra.

CAMPANHA DE ASSINATURAS DO «ELO»

A delegação da ADFA em Coimbra tem em vista uma campanha de assinaturas do jornal «Elo». A delegação conseguiu já, aliás, um nú-

mero considerável de assinaturas. Entende, esta delegação, que esta campanha deve tomar forma a nível nacional.

CONSELHO FISCAL CENTRAL DESLOCOU-SE ÀS SEDES DE ZONA

O Conselho Fiscal Central da Associação deslocou-se recentemente ao Porto e a Évora, onde realizou reuniões de trabalho com os Conselhos Fiscais das Zonas Norte e Sul.

Tratou-se de reuniões de trabalho relativas ao exercício das funções que estatutariamente estão cometidas a este órgão central da ADFA. Estas reuniões terão servido, sobretudo, para melhor habilitarem o Conselho Fiscal Central a elaborar o seu relatório que terá que apresentar ao Secretariado Nacional na próxima reunião.

POR DETERMINAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, TODOS OS SÓCIOS, NO PLENO GOZO DOS SEUS DIREITOS ASSOCIATIVOS, TÊM DIREITO A RECEBER O JORNAL «ELO» SEM QUAISQUER ENCARGOS QUE NÃO SEJA O NORMAL PAGAMENTO DAS SUAS QUOTAS



Um aspecto da sala durante a sessão

HABILITAR A SOCIEDADE A REABILITAR OS DEFICIENTES

UMA FORÇA NO NORTE

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO

Transcrevemos neste número mais um artigo de uma série que o «Jornal de Notícias» tem vindo a publicar sob o título genérico de «Habilitar a sociedade a reabilitar os deficientes».

Este artigo trata especialmente da situação dos deficientes sinistrados no trabalho, apresentada pela ANDST representante dos mesmos.

O Caderno Reivindicativo dos Deficientes Sinistrados no Trabalho e Doentes Profissionais, elaborado em numerosos plenários convocados pela ANDST, preconiza a criação, no Norte, de um hospital especializado no tratamento e reabilitação profissional, recuperação e montagem de próteses para os sinistrados no trabalho e doentes profissionais. Preconiza-se ainda, nesse documento, o direito para os sinistrados de pedirem em qualquer altura a revisão de grau de incapacidade, assim como, para todos, durante o tratamento, se reclama o ordenado por inteiro, e o pagamento do transporte, alimentação e dormida sempre que tenham que se deslocar para fora da zona da sua residência por exigências do tratamento médico. Outra reclamação: a aplicação exclusiva das receitas do Totobola à reabilitação dos deficientes «na parte que por lei lhe é devida». Outra: que a entidade patronal seja obrigada a garantir o emprego após o sinistro ou doença que atinja o trabalhador. Outra: fornecimento gratuito de próteses, carros de rodas e carros adaptados a motor e desconto de 50% aos sinistrados no trabalho, na venda de objectos de uso doméstico ou pessoal necessários em consequência da sua incapacidade, e ainda 50% na aquisição de gasolina, isenção do imposto de circulação para os sinistrados com ou mais de 30% de incapacidade, facilidades de estacionamento para os veículos guiados por sinistrados, prioridade no aluguer de habitações de fácil acesso aos sinistrados

dos com membros de locução afectados, 75% de desconto nos transportes ferroviários e de 50% nos aéreos nacionais.

A parte mais substancial do caderno reivindicativo diz respeito, como é compreensível, às pensões. Para os casos em que a incapacidade seja igual ou superior a 30%, as pensões devem determinar-se pela multiplicação do grau de incapacidade pelo salário auferido à data do sinistro ou doença, não podendo, porém, ser inferior a 75% de dois salários mínimos nacionais. O mesmo para aqueles cujo grau de incapacidade seja inferior a 30%, só com a diferença de que, neste caso, a pensão não pode ser inferior a 100% de um só salário mínimo nacional.

Quer dizer: um trabalhador que ganhasse 9000\$00 à data da doença ou acidente e a quem, em consequência de quaisquer daqueles, fosse atribuída uma incapacidade de 80%, receberia como pensão 9000 x 0,8, ou seja, 7200\$00. Se o seu ordenado fosse de 5000\$00, por iguais contas ele deveria receber apenas 4000\$00 de pensão, mas, como o salário mínimo nacional é de 4500\$00, a sua pensão calculava-se deste modo: 4500 x 2 x 0,75, o que daria como resultado 6750\$. Se a incapacidade fosse só de 20%, quer o trabalhador doente ou sinistrado ganhasse 9000\$00 quer ganhasse 5000\$00, casos em que pelas contas a pensão seria respectivamente de 1800\$00 e 1000\$00, teria, porém, de pensão 4500\$00, por ser esse o salário mínimo nacional.

«As pensões têm de acompanhar todas as actualizações do salário mínimo nacional» — eis uma cláusula que não podia ficar ausente do caderno reivindicativo dos deficientes sinistrados do trabalho. Assim como a manutenção para os mesmos do direito a todas as regalias concedidas pela segurança social, tal como se continuassem em serviço.

O caderno inclui também a reclamação de um subsídio igual ao salário mínimo nacional para o caso de o doente ou sinistrado necessitar de uma pessoa ao seu serviço permanente, mesmo que esta seja uma pessoa de família, caso em que o subsídio, como pensão, se manteria para além da morte do sinistrado ou doente, mesmo que esta não resultasse da doença ou do acidente. Reclama-se ainda o 13.º mês para todos os sinistrados, profissionais ou familiares das vítimas falecidas por acidente ou doença.

Para os familiares da vítima, no caso de resultar morte do acidente ou doença profissional, o caderno reclama 40% do salário real da vítima, se se tratar de viúvo ou viúva ou pessoa que conviver maritalmente com a vítima, e o mesmo ou mesma não ultrapassar 50 anos de idade, nunca, porém, sendo pensão inferior a 75% de dois salários mínimos nacionais. No caso de o viúvo ou viúva ou pessoa equivalente ultrapassar os 50 anos de idade ou sofrer de grave doença que lhe afecte a capacidade de trabalho, a percentagem seria de 80%.

No caso de filhos menores de 18 anos ou estudantes com a idade superior àquela, ou doentes graves impossibilitados de trabalhar, a pensão seria de 70% do salário da vítima, nunca podendo ser inferior a 75% de dois salários mínimos nacionais dividido em partes iguais pelos interessados. No entanto, se qualquer parente, ascendente ou descendente, este até com 18 anos, ou sendo estudante ou sofrendo de doença grave, dependesse economicamente da vítima, a pensão seria mais alta: de 100% do salário da vítima, nunca podendo ser inferior a 75% de dois salários mínimos nacionais, dividido por partes iguais pelos interessados.

O caderno reivindicativo dos sinistrados do trabalho reclama ainda um seguro social capaz que lhes atribua a possibilidade de viver condignamente numa sociedade a caminho do socialismo. Manifesta-se ainda, nesse documento, o desejo de que no grupo de trabalho, também aí proposto, para elaborar as leis que interessam aos deficientes deveriam participar representantes da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho. Esclareça-se que no grupo de trabalho nomea-

do por despacho do primeiro-ministro, em 7 de Dezembro de 1976, para esse mesmo fim, só estavam representadas as Associações dos Deficientes das Forças Armadas e Portuguesa de Deficientes. Esta foi considerada como representante bastante e única de todos os deficientes civis, ou seja, por causas totalmente extra-militares, decisão e critério de que os dirigentes da ANDST discordam completamente. Eles pensam que aquela Associação não dá o devido relevo à necessidade de reclamar mais altas pensões e que isso se deve a que participam da sua direcção pessoas que não são sinistrados do trabalho. Disseram-me ainda que a APD, tal como a ADFA, dá preferência à recuperação sobre as pensões. Em princípio não rejeitam, disseram-me, este critério, mas em face da miséria das pensões, que em Portugal se praticam, eles pensam que é mais urgente reclamar o aumento e a actualização das pensões. De qualquer modo, sentem como uma injustiça o não terem sido chamados ao referido grupo de trabalho, e o terem sido excluídos do futuro Secretariado Nacional de Reabilitação, segundo o projecto de lei do mesmo.

OS DEFICIENTES SÃO PESSOAS — NÃO COISAS

Este é o título de uma carta enviada pela mãe de uma criança deficiente, publicada no nosso prezado colega «Diário Popular» e à qual noutro local deste número fazemos também referência.

Uma carta de uma mãe que sabe perfeitamente o que, nesta sociedade, sofre um deficiente

Não queremos fazer qualquer aproveitamento da referida carta, mas não deixa de ser significativa a forma como aquela mãe se insurge contra o aproveitamento da «caridadezinha». O tema principal da missiva é o jogo de futebol que se irá realizar (?) a favor das crianças deficientes.

Tal como essa mãe também nos interrogamos acerca desse jogo patrocinado (?) por uma marca de refrigerantes.

Efectivamente pensamos que o fim da marginalização social a que os deficientes estão sujeitos, é obra de todos nós, deficientes e não deficientes. E, sempre que há iniciativas tendentes a derrubar as barreiras que aos deficientes se levantam, congratulamo-nos com tais iniciativas.

No caso presente, nós, tal como essa mãe, reservamo-nos de formular comentários demasiadamente longos pois, temos dúvidas acerca desse jogo de futebol.

Será que o mesmo é efectivamente realizado em benefício das crianças deficientes, ou será que o jogo se destina a aumentar de forma (in)directa o lucro dessa bebida, dando continuidade à «caridadezinha» podre?

Será que o jogo, tem a capa da ajuda desinteressada, motivando assim as pessoas?

Ou será que por baixo dessa capa de verniz existe a mira do lucro? A nossa posição é bem clara, e ao longo destes três anos de existência como associação sempre temos lutado por uma integração plena, isenta

de caridadezinha, isenta de piedade que não conduz à situação que ambicionamos.

A Constituição da República Portuguesa consigna iguais direitos e deveres a todos os cidadãos. Quer isso dizer que o deficiente tem um lugar na sociedade, que por direito e por justiça lhe compete, quer isso dizer que forçosamente se tem que acabar com a «caridadezinha» e lançar mãos-à-obra, quer isso dizer que os problemas que afectam os deficientes têm que ser efectivamente resolvidos.

Julgamos que a resolução dos problemas que ansiamos ver concretizada, não se realizará com um jogo de futebol.

AOS AMIGOS DO «ELO»

Um jornal, seja de que tipo for, vive dos seus leitores, dos seus amigos.

As provas de amizade traduzem-se em colaboração. E essa colaboração pode ser de várias maneiras, enviando trabalhos, difundindo o jornal tornando-o mais conhecido, arranjando novos assinantes.

No número anterior lançámos um alerta neste sentido. Dissémos nós aos nossos amigos: — «TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM». E muitos amigos trouxeram novos amigos, e já somos mais, mas ainda não somos bastantes.

O apoio dado ao jornal «ELO» é um apoio dado aos Deficientes das Forças Armadas. É o apoio que nós necessitamos a fim de conquistarmos o lugar que nos pertence.

Porque os amigos do «ELO» sabem e apoiam a luta que diariamente travamos, porque as vitórias alcançadas foram conseguidas com o apoio popular, porque sabemos que o Povo nos acarinha e apoia, damos, nesta quadra festiva, uma sugestão aos nossos amigos:

NESTE NATAL OFEREÇA UMA ASSINATURA DO «ELO» AOS SEUS AMIGOS.

MARATONA DA NAZARÉ

No passado dia 20 de Novembro realizou-se, na Nazaré, uma maratona de 20 quilómetros em que participaram mais de 1000 pessoas de todas as idades. Entre elas encontravam-se também deficientes de cadeiras de rodas.

Esta maratona foi a terceira de uma série que vai continuar e destina-se a englobar pessoas de todos os tipos e idades, atletas ou não.

A ADFA foi convidada pela comissão organizadora para se fazer representar com associados nesta prova. Dado que o convite surgiu à última hora não houve possibilidade de preparar uma representação, o que foi pena. Na próxima lá estaremos concertada.

Os vinte quilómetros a percorrer não são exactamente uma tarefa fácil e, por isso, muitos ficaram pelo caminho, mas muitos outros chegaram à meta, alguns em tempo «de atleta» e outros bastante tempo depois. Mas tratou-se, essencialmente, de provar que o desporto é para todos e todos podem praticá-lo.

AUTO-COLANTES PARA SELO DE VIATURA

A A.D.F.A. tem já autocolantes para colocação do selo nos automóveis para o ano de 1978.

Estes autocolantes têm-se esgotado muito rapidamente nos anos anteriores, devido ao grande interesse revelado por este tipo de autocolante da A.D.F.A. Este ano prevê-se que suceda o mesmo.

É de referir que o interesse demonstrado pelos autocolantes da A.D.F.A. não se limita ao autocolante do selo, todos os outros, que fazem parte de uma colecção com alguns tipos diferentes, são muito procurados. Estamos mesmo convencidos que os autocolantes da A.D.F.A. são aqueles que se vêm em maior número nos automóveis.

**TRANSPORTES
PARA DEFICIENTES**

CARIDADEZINHA PARA CRIANÇAS DEFICIENTES

O Ministro dos Transportes e Comunicações participou, recentemente, na 46.ª sessão do Conselho de Ministros da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes, em que um dos temas principais da agenda foi a elaboração de uma política de transportes. Um dos aspectos focados foi a questão de facilidade de transportes para deficientes.

O Ministro dos Transportes, à sua chegada a Lisboa, disse que «Portugal vai participar no estudo, a nível europeu, do transporte de diminuídos físicos, e nesse sentido vamos colaborar com a Comissão Nacional de Reabilitação».

No último número do «Elo» noticiámos, sem comentários, que Pelé e Raul Solnado haviam anunciado na Televisão, durante uma sessão da «Visitada Cornélia», que iria realizar-se um encontro de futebol entre «velhos craques» de Portugal e do Brasil em benefício de crianças deficientes.

Tal como nós, também outras pessoas, milhões e pessoas, ouviram esta notícia na Televisão. Algumas dessas pessoas, sobretudo aquelas que sentem e vivem os problemas dos deficientes reagiram. Queremos registar aqui a reacção

de uma dessas pessoas através de uma carta que enviou ao «Diário Popular» e que este jornal publicou na sua edição de 29 de Novembro passado.

Não podemos deixar de transcrever algumas passagens dessa carta, abstendo-nos de qualquer comentário, pois ela, por si só, é bem elucidativa.

«A Televisão embarcou nas águas da promoção e focou, por tempo mais que suficiente, a vista das cápsulas na lapela da comitiva desse veterano da bola que virou coleccionador de milhões. Teve recepção no Colégio Militar e ainda estamos por perceber o motivo de tal acontecimento. Quantas cabeças jovens ficaram a partir daí rendidas à Cola que o brasileiro vendia, em potência, naquele oficial convívio! Ora, esta manipulação premeditada não abona muito aquele homem de negócios que se diz amigo das crianças, que faz parte d UNICEF e até se engasgou quando Solnado lhe perguntou, na Cornélia, que iria ele fazer na UNICEF.

tenha um filho deficiente porque, se o tivessem, reflectiriam duas vezes antes de aceitar um jogo de sentimentos trocados. Não é o orgulho que dita estas linhas, mas a revolta, porque continuamos a ver os graves problemas desviados por jogos de interesses e acarinhadas as vítimas como rios tempos de antes do 25 de Abril: Basta de caridadezinha. Os deficientes querem justiça...»

AFRONTA A UM OBREIRO DO 25 DE ABRIL

«Afronta a um obreiro do 25 de Abril», eis como classificou um sócio da ADFA a referência que um jornal da sua terra (Seia) faz à morte e funeral do comandante Ramiro Correia. Efectivamente, naquele jornal, recentemente criado e dirigido por um padre, insinua-se que Ramiro Correia se suicidou em Moçambique, «porque é muito difícil que um comandante da Marinha morra afogado». Diz este jornal, que o nosso sócio considera reaccionário, que Ramiro Correia «teve em Lisboa funeral pomposo e foi coberto pela bandeira nacional» e interroga-se a seguir «porque não lhe puseram a da Frelimo ou da União Soviética, se ele lutava por esses países».

Os senhores que escrevem estas coisas não revelam, por acaso, uma aversão à Frelimo, têm as suas razões. São defensores (e agora saudosistas) da velha ordem. Para eles colónias, guerra, mortos, deficientes, equivalia a justiça social. Era essa a justiça social que lhes interessava. Não concordam com a justiça social que o 25 de Abril, do qual Ramiro Correia foi um dos obreiros, fez surgir nos horizontes do Povo Português, do povo explorado, que não aqueles que escrevem em jornais como este de que o nosso sócio nos enviou um recorte.

A TÉCNICA AO SERVIÇO DOS DEFICIENTES

Mais que uma vez nos referimos já, no nosso jornal, à importância da técnica e dos meios que esta pode proporcionar aos deficientes para a sua integração social.

Graças a esses meios que a técnica nos proporciona é possível, desde a mais elementar adaptação de rodas a uma cadeira para um deficiente se poder locomover por si só até aos aparelhos mais sofisticados,



Um cego trabalhando como programador de computadores

proporcionar aos deficientes uma substituição cada vez mais eficaz de funções perdidas.

Os Serviços de Informação da Embaixada Britânica em Lisboa têm-nos fornecido, com regularidade, informações sobre o que, no domínio dos meios técnicos para deficientes se vai fazendo na Inglaterra. Recorremos, uma vez mais, a essas informações e fazemos referência, desta vez, à possibilidade de um cego poder trabalhar como programador de computadores.

MANUAL DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA CEGOS

Mary Connolly, que é programadora de computadores, é cega, mas pode-se servir do manual de referência dum projecto industrial, ou dum ficheiro de equipamento de manutenção tão depressa e tão facilmente quanto o seu colega que vê. Isto porque o manual foi gravado pelo British Talking Book Service e está a ser fornecido a programadores cegos pelo mundo fora, cujas companhias são utentes registados do «Filetab».

O «Filetab» é produzido pelo National Computing Centre Ltd., uma organização sem objectivos comerciais, subsidiada pela indústria e pelo Governo. Foi estabelecida para promover o uso mais extensivo e efectivo de computadores no país e no estrangeiro, dando informações, educação e conselhos e promovendo níveis e códigos de emprego. A sua embalagem «Filetab» é um sistema rápido e simplificado de processos de dados para o computador, geralmente usado na selecção e impressão de dados de fichas computadoras e na manutenção de tais fichas. O manual é parecido com um livro de frases para o programador de computadores, ajudando a utilizar a linguagem correcta para que o sistema computador perceba. A versão «Talking Book» ajudará muitos programadores cegos por todo o mundo a obter informações mais depressa, ao mesmo tempo que permite um ensino mais fácil.

A embalagem «Filetab» pode ser utilizada num grande número de sistemas de computadores incluindo o ICL 1900, 2903 e sistema 4.

O pior, porém, é que outro jogo se desenha na mesma promoção e é desse que discordo. Como mãe de um deficiente sei que os problemas que os efectam são muitos. A reduzida capacidade de os atender e o crescente número dos que existem por hereditariedade, por problemas de parto, por razões alimentares, por doenças posteriores, por subalimentação, por graves problemas familiares e socioeconómicos por guerras, acidentes de trabalho e de viação, já ascendem a muitas centenas. Não é uma festazinha de caridade que resolve os problemas nem os deficientes têm de viver de mão estendida ou à mercê de vedetas e de promoções comerciais. Têm na constituição consignado que são iguais a todos os cidadãos e por isso a mocidade os deve tratar como pessoas e não como coisas. Pois é para comover sentimentalismos de ocasião que andam a organizar um desafio de futebol entre brasileiros e portugueses a favor da Cola tal, mas diz-se que é a favor dos deficientes.

Acreditamos que nenhum dos que tiveram a iniciativa

APD DISCORDA DE PROJECTO DO PSD SOBRE SEGURO SOCIAL

Em comunicado, a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) insurge-se contra o projecto de lei apresentado à Assembleia da República, pelo PSD, sobre a instituição do seguro social do acidente de trabalho e doenças profissionais.

A APD teria já alertado a

OBRIGATORIEDADE DO USO DO CINTO DE SEGURANÇA

Por Portaria do Ministro dos Transportes e Comunicações; publicado no Diário da República de 15 de Dezembro, passa a ser obrigatória a utilização dos cintos de segurança pelo condutor e passageiros do banco da frente dos veículos, nos quais é imposta a instalação dos referidos acessórios.

A não utilização do cinto de segurança pode ser punida com uma multa de 600\$00 a 300\$00.

Comissão de Segurança Social e Saúde da Assembleia da República para «os riscos que adviriam da aprovação do projecto de lei 63/1, apresentado pelo PSD».

Segundo a APD, o referido projecto de diploma põe fundamentalmente em causa direitos e interesses dos deficientes portugueses, acrescentando que «é extremamente vago e confuso em pontos essenciais e dá uma perspectiva falsa e simplista da reabilitação. Ignorando a realidade portuguesa, nomeadamente quanto ao apelo que faz em relação a cursos de formação profissional inexistentes, o projecto de diploma torna as perspectivas dos deficientes ainda mais sombrias.»

A APD «entende que, neste momento, se afigura mais aconselhável a revisão da legislação actual com vista à sua integração em esquemas de segurança social previstos na Constituição do que a aprovação de novos diplomas que não correspondam aos interesses dos trabalhadores portugueses, e dos sinistrados de trabalho.»

PÁGINA INFANTIL

Costuma dizer-se: «ANO NOVO — VIDA NOVA. Até agora os amigos mais pequenos do nosso jornal não têm tido qualquer espaço.

Pois bem amiguinhos, a partir do próximo ano o «ELO» põe à vossa disposição uma página inteira. Portanto já sabem, comecem a escrever cartas, redacções, poemas, contos, façam desenhos, enfim tudo o que quiserem, enviem os vossos trabalhos para o vosso novo amigo — o ti Zé.

O ti Zé gosta muito de todos os meninos e meninas, por isso ele vai ficar muito contente, se todos lhe enviarem muitos trabalhos para serem publicados.

Todos os meses o ti Zé vai indicar um tema para os amiguinhos que quiserem escrever ou pintar sobre o mesmo.

O ti Zé sabe muitas histórias, que ao longo dos meses irá contar.

Portanto amiguinhos, a partir do próximo ano comecem a mandar os vossos trabalhos e esperem para os poderem ver no «ELO».

O ti Zé pede aos amiguinhos que queiram, que façam desenhos, contos, poemas, etc. sobre o Natal. Será portanto o Natal, o primeiro tema para a primeira «Página Infantil» do «ELO». Os amiguinhos que não quiserem escrever ou pintar sobre o Natal, podem escrever ou pintar sobre outro tema qualquer.

E por hoje é tudo amiguinhos. Um bom Natal e um feliz Ano Novo para todos do vosso novo amigo

TI ZÉ

CARRINHOS DE FEIRA ORIGINAM UM AUXILIAR PARA CRIANÇAS DEFICIENTES

Uma feira na Ilha de Man deu origem a um auxiliar para crianças deficientes vítimas da Talidomida. Quando o pai de uma criança viu a felicidade com que ela andava nos minicarros eléctricos da feira decidiu imediatamente que esta era a maneira de minorar um dos problemas principais das crianças incapacitadas — mo-



Esta criança pode divertir-se como as outras não deficientes

vimento e mobilidade. Entrou logo em contacto com o «Lady Höare Thalidomide Appeal» que por sua vez contactou os fabricantes dos carros. Os carros foram modificados para que qualquer criança, por mais deficiente que seja, possa guiá-los com facilidade. Alguns destes carros estão em uso no colégio de Elmfield para crianças deficientes em Harpenden, Kent. Os carros custam 100 libras cada.

POSSE DA SECRETÁRIA NACIONAL DE REABILITAÇÃO

(Continuação da 1.ª pág.)

ganismo. Mas, para além disso, na prática ainda nada de concreto se realizou na resolução dos graves problemas com que os deficientes se debatem. Tudo dependerá, agora, do próximo Governo Constitucional, a quem caberá, aliás, a tarefa mais difícil, ou seja, pôr a funcionar o Secretariado Nacional de Reabilitação, pois que a nomeação da Secretária Nacional é apenas uma medida das menos difíceis para a execução do diploma que cria o SNR. Desde as instalações, que é necessário encontrar para o funcionamento do organismo, admissão do pessoal (cerca de 90 funcionários) até à nomeação dos representantes dos Ministérios, Secretaria de Estado e Associações de deficientes, há todo um conjunto de tarefas a desenvolver que presuppõe uma vontade política do governo para que sejam rápida e eficientemente levadas a cabo. A partir daí começará de facto o grande trabalho do Secretariado Nacional de Reabilitação a fim de atingir os fins para que foi criado e que são, conforme estabelecido no decreto-lei n.º 346/77, Art.º 3.º, a implantação de uma política nacional de habilitação, reabilitação e integração social dos deficientes, assente na planificação e coordenação das acções que concorrem neste domínio, em ordem à concretização no disposto no Art.º 71.º da Constituição.

Esperamos que as fases que ainda é necessário percorrer para a execução dessa política nacional de reabilitação sejam menos morosas que as que foram até aqui percorridas. Durante a cerimónia de tomada de posse da Secretária Nacional de Reabilitação, a ADFA esteve presente através de dois elementos da Direcção Central. Esperamos estar presentes, em breve, no Conselho Nacional de Reabilitação, através dum delegado conforme estabelecido no art.º 13.º do decreto-lei 346/77.

Tudo dependerá agora, conforme referido atrás, do próximo governo constitucional. Dependendo, embora também e em muito, da acção a desenvolver pelos deficientes através das suas organizações representativas. Publicamos, a seguir, algumas passagens dos discursos do Primeiro-Ministro e da Dr.ª Maria João de Vasconcelos. Esperamos também que as palavras, tanto do Primeiro-Ministro, como da Secretária Nacional de Reabilitação não se esvaziem do seu conteúdo, se acaso, tanto um como outro, continuarem a ocupar os mesmos cargos no futuro, através de uma negação na prática.

Elas algumas passagens do discurso do Primeiro-Ministro.

O Governo Constitucional, procurando iniciar

de vez uma política capaz de resolver os graves problemas dos deficientes neste domínio, reconheceu a imperiosa necessidade de criar um Secretariado Nacional de Reabilitação, que fosse um instrumento do governo para o estudo, planificação e coordenação de acções que visam a reabilitação dos deficientes. A esse secretariado caberá uma ardua tarefa, dada a complexidade, gravidade e extensão dos problemas a solucionar e a difícil situação económica e financeira que o País atravessa.

Não se limitará o Secretariado ao estudo de casos pontuais, mas ao estudo das medidas necessárias para a implantação de uma política de reabilitação que o governo apreciará e fará executar. Muitas dificuldades se vão deparar ao secretariado quer na sensibilização da opinião pública para a reabilitação dos deficientes e a sua plena inserção social e no mundo do trabalho, quer no estudo dos problemas que atingem a infância, a juventude, a idade adulta e a terceira idade, o que inclusivamente presuppõe dados estatísticos ainda agora inexistentes.

O governo está certo de que essas dificuldades serão ultrapassadas pela firme acção do Secretariado e por V. Ex.ª Sr.ª Secretária Nacional de Reabilitação, pelo apoio que o próprio governo vos prestará, pela boa colaboração que haverá entre os diversos departamentos governamentais e o Secretariado e ainda pela colaboração dos interessados, ou seja os deficientes deste País, que já provaram a sua competência e a sua determinação em se constituírem parte activa neste processo.

Resta-me, Sr.ª Secretária Nacional de Reabilitação, desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do novo cargo e muito sucesso no trabalho colectivo que vai dirigir e empreender. É bem necessário que assim aconteça, quanto antes, para bem dos deficientes e para a honra do nosso País, porque como tive oportunidade de referir já, na Assembleia da República, uma sociedade que não é capaz de integrar e realizar profissional e humanamente os seus deficientes nunca poderá dignificar-se a si próprio».

Também a Dra. Maria João de Vasconcelos proferiu um discurso, de que destacamos algumas passagens.

«O Secretariado espera a crítica e a colaboração dos deficientes e suas Associações, e confiem que do esforço con-

jugado do Secretariado, dos Serviços Públicos, dos Instituições Privadas e dos próprios deficientes resulte uma acção consequente e eficaz, que possa vir a corresponder às graves carências deste sector da vida Nacional.

Estamos conscientes das imensas dificuldades que nos esperam, porque

**LÊ
ASSINA
DIVULGA**

sabemos que as carências são inúmeras, são limitados os meios para os suprir e que o Secretariado não poderá, a curto prazo, resolver um problema de dimensão nacional que atinge o sector mais segregado e desprotegido da população portuguesa.

É natural que muitos deficientes, que tanto têm esperado ser considerados autênticos cidadãos deste País, esperem agora que o Secretariado Nacional de Reabilitação lhe resolva rapidamente os problemas que tanto os afligem, como o tratamento médico adequado, a educação, a instrução e formação profissional e o acesso a postos de trabalho.»

IGUALDADE DE BENEFÍCIOS FISCAIS PARA DEFICIENTES

(Continuação da 1.ª pág.)

delo utilitário com cilindrada não superior a 1300 cm.3.

A esta deliberação da Assembleia da República terá que ser atribuído pelos deficientes um significado e importância muito especiais, dado que é a primeira medida de carácter global (para todos os deficientes com mais de 60%) que aquele órgão de soberania adopta dentro da sua competência legislativa. Cabe aqui referir que esta lei foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes.

No momento em que encerramos esta edição ainda não foi publicada esta lei no «Diário da República», pelo que não a podemos publicar neste número. Publicá-la-emos na íntegra no próximo número para todos os deficientes por ela abrangidos poderem ter conhecimento integral deste direito que a partir de agora lhes assiste.

A ADFA considera esta iniciativa da Assembleia da República como um acto de justiça a que deverão seguir-se outros tão necessários.

A Associação manifestou já publicamente a sua posição através de um comunicado que a Direcção-Central enviou aos órgãos de informação e que a seguir se transcreve.

«A Assembleia da República acaba de aprovar uma lei em que são concedidos favores fiscais a todos os deficientes militares e civis com mais de 60% de incapacidade.

Os benefícios agora concedidos representam a generalização de alguns direitos já conquistados por alguns deficientes das Forças Armadas, através do Decreto-Lei n.º 43/76 de 20 de Janeiro, a todos os deficientes com mais de 60% de incapacidade.

**A ASSOCIAÇÃO
 DOS DEFICIENTES
 DAS FORÇAS ARMADAS
 DESEJA A TODOS OS
 ASSOCIADOS E AMIGOS
 UM FELIZ NATAL
 E UM ANO NOVO
 CHEIO DAS MAIORES
 VENTURAS**

**ESTÚDIO FOTOGRÁFICO
 DA
 A. D. F. A.**

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

★
 VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

★
 REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS
 MESMO MUITO ANTIGAS

★
 REPORTAGENS EM CASAMENTOS,
 BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67
 LISBOA

A ADFA congratula-se com esta iniciativa do Governo e da Assembleia da República, a qual deverá constituir a primeira de várias iniciativas legislativas, tendentes a contemplar a generalidade dos deficientes militares e civis com medidas já adoptadas para alguns deficientes das Forças Armadas.

A integração sócio-profissional dos deficientes, para ser viável, carece de medidas de apoio que os Órgãos de Soberania devem adoptar e que a sociedade exige, a fim de minorar as dificuldades com que aqueles se debatem no dia-a-dia, para, à partida, não ficarem em desvantagem em relação aos demais cidadãos em luta por uma realização social plena.»

A ADFA e os deficientes das Forças Armadas têm razão para sentirem uma pontinha de orgulho com a aprovação desta lei pela Assembleia da República. Orgulho e satisfação, pois que vêem, por um lado, uma conquista por si alcançada — estabelecida no decreto-lei 43/76 — ser tomada como base por um órgão de soberania, tão importante como a Assembleia da República, para a criação de legislação para todos os deficientes, por outro, porque assistem à extensão a todos os deficientes de uma medida justa que abrangia apenas alguns e agora passa a abranger todos os que dela careciam.

Fazemos votos para que esta seja de facto a primeira de um conjunto de iniciativas necessárias.

FESTA DE NATAL

(Continuação da 7.ª pág.)

a actuação de palhaços (colaboração de trabalhadores da Regisconta) e interpretação de canções para as crianças.

Esta festa da delegação de Coimbra constituiu mais uma oportunidade para unir os associados da delegação. Foi também esta oportunidade aproveitada para serem entregues questionários aos associados sobre a prática do desporto. Estes questionários, depois de preenchidos serão enviados à delegação da Direcção-Geral dos Desportos em Coimbra, a fim de ser estabelecido o apoio a dar por aquele organismo à delegação na prática do desporto para deficientes.

Os sócios da delegação de Coimbra que não preencheram este questionário devem entrar em contacto com a delegação.

A Festa de Natal da delegação do Porto foi integrada nas comemorações do aniversário desta delegação. Registou-se um número elevado de crianças presentes, às quais foram distribuídos brinquedos e balões. O espectáculo constou da actuação de conjuntos musicais, palhaços, canções, imitações e actuação de um coro de crianças filhas de deficientes sócios da Associação.

Também em Viseu e Famalicão as crianças, tal como nas outras delegações, se reuniram em grande número, tendo assistido aos espectáculos que lhes foram proporcionados e recebido brinquedos e balões.

**TIRAGEM DESTES
 NÚMERO
 7500 exemplares**

EM NOME DA VIDA NÃO À BOMBA DE NEUTRÕES

O artigo que a seguir publicamos foi-nos enviado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação para publicação, em exclusivo, no jornal «Elo».

«Em nome da vida, não à bomba de neutrões!» é a sigla que, a nível mundial, tem marcado as campanhas contra esta arma de exterminação massiva, de requintada forma de matar. Também em Portugal, por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação, se desenrola desde o passado dia 5 de Dezembro uma quinzena de mobilização da opinião pública portuguesa contra a bomba de neutrões.

A decisão da administração norte-americana em fabricar a bomba de neutrões tem provocado protestos em todo o Mundo. Este novo tipo de arma que, dadas as suas características, é a mais perigosa de todas as armas nucleares construídas e utilizadas até hoje, pode ter consequências terríveis para a Humanidade, se esta não se opuser firmemente à sua produção. O Prof. Eric Burhop, presidente da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos, descreve-a do seguinte modo:

tância de 800 metros, bastam cinco minutos para paralisar os seres humanos e a sua morte ocorre dentro das próximas 48 horas. Até a uma distância de mil metros, a morte ocorre ao cabo de quatro a seis dias. A uma distância de 1200 metros, as esperanças de sobrevivência são muito pequenas, ocorrendo a morte em poucas semanas. A 1500 metros, as radiações são mortíferas para cinquenta por cento das pessoas».

Não à bomba de neutrões!

No entanto, o maior perigo provocado pela bomba de neutrões não reside nos seus processos físicos. Consiste no facto de aqueles que a conceberam, cientistas, políticos ou militares, especularem sobre a possibilidade de levar a cabo com esta arma guerras limitadas, sem que se possa temer imediatamente uma resposta atómica massiva. As formas possíveis de utilização da arma de neutrões encorajam estas bárbaras suposições.

O QUE É A BOMBA DE NEUTRÕES?

«A bomba de neutrões, em comparação com as bombas A ou H tradicionais, liberta muito mais lentamente a energia, assemelhando-se a um petardo ao retardador. Assiste-se às mesmas reacções nucleares que emitem neutrões e outros detritos radioactivos, mas em grandes quantidades e ao longo de um período maior. Como não há forte explosão, não se espalham numa grande área e não há, neste caso, chuvas radioactivas. A radiação neutrónica atinge, no entanto, distâncias tão vastas como as atingidas pelas bombas A ou H tradicionais, e tem por consequência que os homens que se encontram a uma distância de um ou dois quilómetros do ponto de explosão sofrem danos horríveis, geralmente mortais. A bomba de neutrões não mata instantaneamente fora do ponto de explosão, mas leva a uma agonia insidiosa e mesmo terrível, dependente da distância a que se encontrem as vítimas, agonia que tanto pode durar dias, como meses e mesmo anos. Nas mulheres grávidas irradiadas, aumenta grandemente a probabilidade de aborto. Caso a gravidez subsista, são elevadas as possibilidades de a criança nascer com deformações. Mas as fábricas, lojas, prédios de habitação e todos os bens materiais ficam, no entanto, intactos, caso não se encontrem próximo do ponto de explosão.

A bomba destrói os edifícios numa distância de duzentos metros do local do impacto. Até a uma dis-

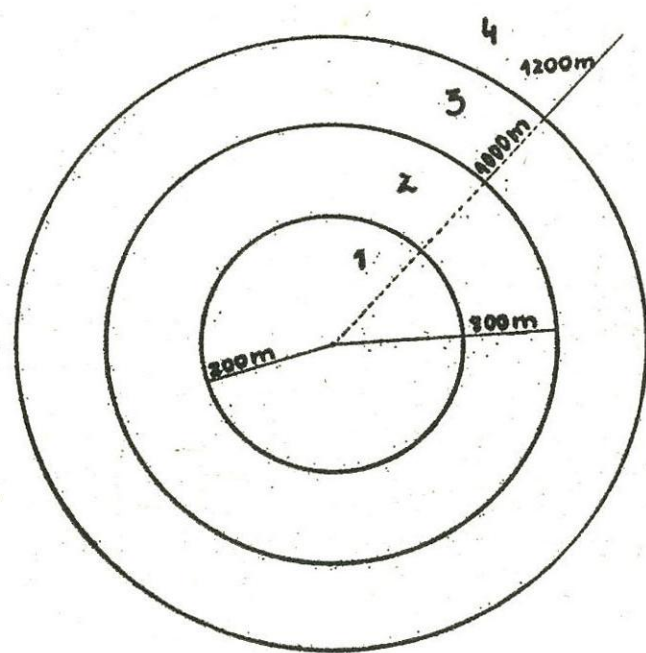
Mas não tenhamos dúvidas de que se esta arma alguma vez for utilizada, estará dado o primeiro passo para a primeira guerra atómica.

A arma de neutrões pode ser largada de um avião, mas o seu lançamento está previsto para peças de artilharia ou foguetões, o que a torna muito mais facilmente manejável do que uma bomba A ou H. Pode-se fazê-la explodir a uma certa altitude sobre um determinado alvo, tendo, em qualquer dos casos, o mesmo efeito sobre os seres vivos, enquanto que a destruição dos bens materiais é bastante reduzida e diminui o período preventivo que deve decorrer até à ocupação da área des-povoada.

A bomba de neutrões, se for produzida, constitui, pois, um desafio à Humanidade, e sobretudo àqueles que já sofreram e sofrem as terríveis consequências das guerras passadas. Compete-nos a todos nós lutar pelo desarmamento, pela paz e o desanuviamento entre os povos. Estamos sentados em cima de barris de pólvora. Se esta nova arma se jun-

tar ao aperfeiçoamento e sofisticado material que já existe nos arsenais de guerra, arriscamo-nos ainda mais a explodir com eles. A avaliar pelo que já foi dito, ela poderá vir a ser adquirida pela NATO e armazenada na Europa. O nosso continente arrisca-se assim a tornar-se num cenário fantasma, vazio de pessoas.

Conseguiram-se importantes vitórias no campo do desanuviamento e nas conversações para a redução dos armamentos, com vista à sua proibição total. Longe de constituir uma base para as negociações, como afirmam os defensores da bomba, esta nova arma vem, pelo contrário, agravá-las e torná-las mais difíceis. Em nada contribui para a maior confiança mútua que deve nortear estes debates. A Acta Final de Helsínquia não pode ficar letra morta. Temos de dizer um não vigoroso à bomba de neutrões.



RAIO DE ACÇÃO DA BOMBA DE NEUTRÕES

1. Morte instantânea de todos os seres vivos. Todos os edifícios e veículos serão destruídos.
2. A radiação causa incapacidade imediata e morte posterior. Não se produzem danos materiais.
3. Altos níveis de radiação causam uma morte lenta e enfermidades radioactivas.
4. Ligeiros sinais de radiação.

O QUE É A BOMBA DE NEUTRÕES

A bomba de neutrões é uma nova arma nuclear de destruição massiva, mais perigosa do que todas as armas nucleares construídas e utilizadas até hoje, incluindo a bomba de hidrogénio.

Os peritos de técnica nuclear consideram a bomba de neutrões particularmente perigosa, dada a sua simplicidade de utilização e o facto de ter consequências ainda mais terríveis e mais graves para a vida do que as armas nucleares tradicionais.

O célebre especialista atómico inglês Eric Burhop, antigo colaborador do projecto americano da bomba atómica durante a segunda guerra mundial, actualmente presidente da Federação Mundial dos

Trabalhadores Científicos, compara a bomba de neutrões às bombas A e H da seguinte forma:

— «No caso de uma bomba A ou H vulgar, a energia difunde-se muito rapidamente, quase momentaneamente. É emitida uma grande massa de neutrões, mas a sua acção envolve outros fenómenos: a deflagração potente, que destrói integralmente os edifícios num raio muito extenso e que mata os habitantes da zona ou os enterra vivos, a libertação de calor que pueima as pessoas que se encontram na rua num raio igualmente muito extenso, as chuvas radioactivas duradouras que, em consequência da força da detonação, se espalham num perímetro ainda mais vasto.

Pelos seus efeitos, a radiação neutrónica intensa ultrapassa estas acções, tornando-se mortal num raio de um ou dois quilómetros.

A bomba de neutrões liberta muito mais lentamente a energia. É comparável a um petardo ao retardador. Assiste-se às mesmas reacções nucleares que emitem neutrões e outros detritos radioactivos, surgindo em grandes quantidades, mas ao longo de um período maior. Como não há uma forte explosão, os resíduos radioactivos ficam numa zona próxima do ponto de explosão, não se espalham numa grande área e não há, neste caso, chuvas radioactivas. A radiação neutrónica atinge, no entanto, distâncias tão vastas como as atingidas pelas bombas A ou H tradicionais e tem por consequência que os homens que se encontram a uma distância de um ou dois quilómetros da explosão sofrem danos horríveis, geralmente mortais. A bomba de neutrões não mata instantaneamente fora do ponto de explosão, mas leva a uma agonia insidiosa e mesmo terrível, dependente da distância do ponto de explosão a que se encontrem as vítimas, agonia que tanto pode durar dias como meses e mesmo anos. Nas mulheres grávidas irradiadas aumenta grandemente a probabilidade de aborto. Caso a gravidez subsista, as probabilidades de mal-formações no recém-nascido são elevadas.

Mas as fábricas, lojas e prédios de habitação ficam, no entanto, intactos, caso não se encontrem próximo do ponto de explosão.

Depois de eliminar os habitantes de uma cidade com esta «solução final», o inimigo pode então avançar e ocupar o terreno».

Todavia, uma «conquista» deste tipo não seria totalmente inofensiva, visto que poderá também subsistir no ar uma quantidade perceptível de radioactividade, que não permita a utilização dos bens conquistados da forma prevista pelos defensores da bomba de neutrões.

No entanto, o maior perigo provocado pela bomba de neutrões não reside nos seus processos físicos. Consiste no facto de aqueles que a conceberam, sejam eles cientistas, políticos ou militares, especularem sobre a possibilidade de levar a cabo com esta arma guerras limitadas, sem que se possa temer imediatamente uma resposta atómica massiva. As formas possíveis de utilização da arma de neutrões encorajam estas bárbaras suposições.

A arma de neutrões pode ser largada de um avião, estando, no entanto, previsto o seu lançamento por peças de artilharia ou por foguetões, o que a torna muito mais facilmente manejável do que uma bomba A ou H.

Pode-se fazê-la explodir a uma certa altitude, tendo, em qualquer dos casos, o mesmo efeito sobre os seres vivos, enquanto a destruição dos bens materiais é bastante reduzida e diminui o período preventivo que deve decorrer até à ocupação da área des-povoada.

DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO

APRESENTAM PROJECTO DE LEI À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST) divulgou, em conferência de imprensa realizada em fins de Novembro no Porto, que apresentou à Assembleia da República um projecto de lei em que se prevê a criação do Instituto Nacional de Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, com competência para decidir sobre todos os assuntos relativos àqueles sectores. Esta proposta de projecto de lei foi já entregue à Comissão de Segurança Social e Saúde na Assembleia da República.

A ANDST revelou que votou contra o projecto de Reestruturação da Actividade Seguradora, apresentado pelo Instituto Nacional de Seguros. Divulgou ainda esta Associação que rejeita o projecto de lei n.º 63/1 apresentado pelo PSD, sobre a instituição do seguro social de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

O Instituto previsto pelo ANDST passaria a ser a única instituição legalmente competente para segurar os danos resultantes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, sendo criados departamentos ou delegações em localidades em que o desenvolvimento da indústria, comércio ou agricultura o justifiquem, sendo transferido para o Instituto a criar tudo quanto a deficientes e sinistrados no trabalho diga respeito e esteja ligado às companhias seguradoras. Este Instituto teria como trabalho prioritário a prevenção e uma assistência completa até à recuperação do trabalhador, sem esquecer o auxílio permanente aos familiares do sinistrado.

Nesta conferência de imprensa a ANDST disse existirem em

Portugal 400 000 sinistrados por acidentes no trabalho, sem receberem qualquer pensão, enquanto que diariamente se registam cerca de 1500 acidentes no trabalho.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Pá-lacio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL 200\$00

SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE VALE DE CORREIO (Riscar o que não interessa)

LE ASSINA DIVULGA

CAMPANHA CONTRA A BOMBA DE NEUTRÕES

No último número do «Elo» demos realce a esta campanha contra a bomba de neutrões, que teve lugar de 5 a 19 de Dezembro.

Esta campanha não poderá deixar de ter o apoio incondicional de todas as pessoas bem intencionadas, aliás, como qualquer campanha que vise travar a corrida aos armamentos.

No espaço de 60 anos a humanidade assistiu a dois flagelos mundiais — 1.ª e 2.ª guerras mundiais — nas quais milhões de pessoas perderam a vida e muitos outros milhões ficaram com deficiências permanentes. Depois da 2.ª guerra mundial — 1945 — por várias vezes a humanidade se viu novamente perante a iminência de uma terceira catástrofe mundial. Hoje existe consciência que uma guerra mundial teria consequências muito mais graves, senão fatais para a humanidade. O material de destruição de que as grandes potências hoje dispõem pode levar à destruição total. Perante esta ameaça várias vezes se têm levantado a fim de se pôr travão à corrida dos armamentos.

A guerra, a que alguns têm a ousadia de considerar um mal necessário, tem acompanhado o homem ao longo da sua marcha histórica. Só que, se em tempos as guerras destruíram povos e civilizações, hoje são capazes de destruir toda a humanidade. Perante um perigo de tamanha dimensão, fazendo apelo aos sentimentos antiviolência que cada um tem no fundo de si próprio, levantou-se uma grande onda de protesto, por todo o mundo, que vai sendo cada vez maior, contra a proliferação de armas de destruição. Com a bomba de neutrões, cujas características requintadas — matar as pessoas e deixar intactas as casas — fazem arripiar as pessoas mais insensatas, esta onda de protesto está a atingir proporções muito grandes em todo o mundo.

O MUNDO CONTRA A BOMBA DE NEUTRÕES

O boletim n.º 3 do Conselho Português para a Paz e Cooperação refere acções desencadeadas em alguns dos muitos países que se associaram à campanha contra a bomba de neutrões. Eis algumas dessas acções.

AUSTRIA

Após o Conselho Austriaco da Paz e a Liga Democrática das Mulheres terem expresso o seu firme apoio, a campanha começou com um comício no centro de Viena durante o qual oradores de diversas tendências políticas condenaram a produção da bomba, dos mísseis «cruzeiro» e de outras armas que intensificarão a escalada da corrida aos armamentos. Seguiu-se uma exposição nas ruas de Viena sobre os efeitos negativos da bomba e um desfile durante o qual foram recolhidas milhares de assinaturas para o Novo Apelo de Estocolmo. Um número especial do Boletim do Conselho da Paz Austriaco foi inteiramente consagrado a esta campanha.

BÉLGICA

O Conselho da Paz de Liège publicou uma declaração exigindo a proibição da bomba de neutrões, o fim da corrida aos armamentos e a assinatura de um acordo sobre a limitação das armas estratégicas e táticas, que foi assinada por representantes de diferentes partidos políticos (socialistas, democrata-cristão, comunistas, etc.) e pelos principais sindicatos. Emitiu ainda uma petição destinada ao governo belga para que intervisse por todos os canais internacionais possíveis, de modo a obter uma proibição de todas as armas de destruição massiva.

CHIPRE

O Conselho da Paz Cipriota publicou uma declaração condenando a decisão dos E.U.A. e enviou uma carta de protesto ao Embaixador para que fosse transmitida ao seu governo, que exprimia a exigência do povo cipriota de ver anulada a decisão da construção da bomba de neutrões. Além destas acções, prevê realizar uma série de reuniões e de conferências que culminarão

DE NEUTRÕES

ção para o facto da bomba de neutrões ser um novo ataque dos E.U.A. contra o mais lementar direito humano — o direito à vida. Apelava ainda para que todos aqueles que se preocupam com o futuro da humanidade se unissem face a esta nova ameaça. De todas as camadas da população, cada dia que passa, o Conselho da Paz recebe novas resoluções e declarações de protesto que atingem, neste momento, 2 milhões de assinaturas e demonstram quão vigorosamente o povo sente esta campanha e luta pela paz.

REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ

A RFA reagiu vivamente à bomba de neutrões. No dia 6 de Agosto, aniversário do lançamento da bomba de Hiroshima, em mais de 40 cidades foram desencadeadas acções de protesto contra o fabrico da bomba de neutrões. Também durante a semana internacional, dedicada à campanha, numerosas manifestações, reuniões, distribuição de folhetos e recolha de assinaturas, foram organizadas em muitas cidades da RFA. Vinte e três personalidades criticaram a bomba de neutrões, tendo sido editada uma publicação com as suas declarações. Foram lançados postais e cartazes largamente distribuídos durante as manifestações em que centenas de milhares de pessoas, representando diferentes profissões, crenças religiosas e filiações políticas, participaram.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

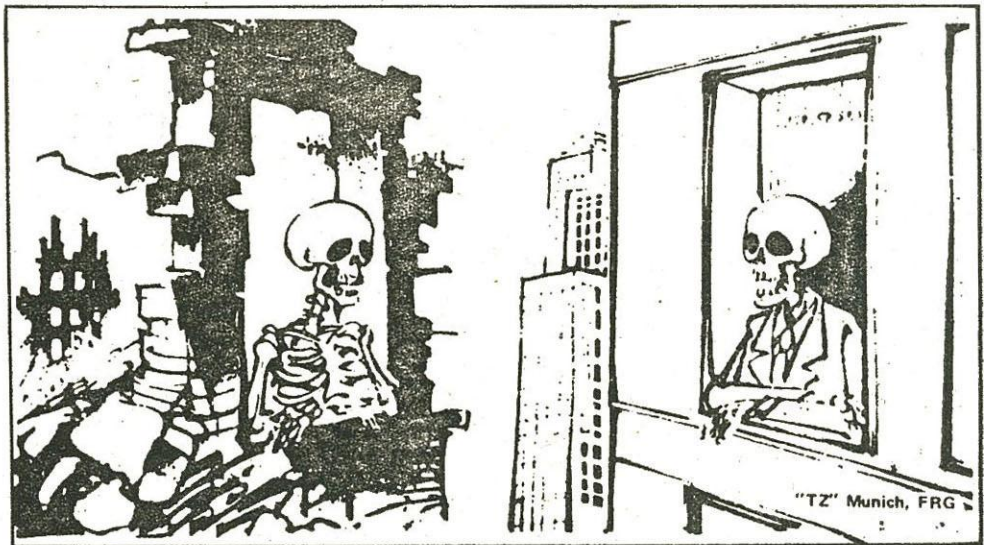
A decisão do governo dos E.U.A. desencadeou por todo o país uma vaga de protestos muito intensa, apesar do governo, através de todos os meios ao seu alcance, tentar minimizar as consequências da sua decisão. No Senado, o Governo não obteve a maioria apenas por um voto para a autorização do fabrico da bomba de neutrões. Senadores, republicanos e democratas criticaram a decisão do Governo e exprimiram o seu re-

ceio da bomba de neutrões vir a encorajar o aumento dos conflitos convencionais e transformá-los em holocaustos nucleares. Milhares de americanos, incluindo membros do Congresso, assinaram declarações e telegramas que foram enviados ao Presidente Carter. Trinta e dois membros de um Conselho Municipal votaram por unanimidade a sua adesão ao Novo Apelo de Estocolmo, que nos últimos meses tem vindo a recolher muitos milhares de assinaturas. Durante a semana internacional de acção contra a bomba de neutrões foram organizadas manifestações em 126 cidades em que foi reclamada a redução do orçamento militar dos E. U. A.

Comité Soviético da Paz, o Grupo Parlamentar, o Comité das Mulheres Soviéticas e Cooperação Europeia, a Associação de Juristas, dos Antigos Combatentes, etc., em que exprimiram uma profunda preocupação pelo aumento da corrida aos armamentos, classificando a decisão americana como uma grave ameaça contra os esforços recentemente desenvolvidos com o fim de instaurar uma paz sólida e duradoura. Também o Patriarca de Moscovo fez um apelo a todas as personalidades religiosas e a todas as pessoas que amam a vida, a participarem na Semana Internacional contra a bomba de neutrões. Foram aprovadas, por todo

A FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DAS MULHERES (F. D. I. M.), união das associações femininas progressistas que agrupa 107 organizações em 95 países, apelou para que fossem reforçadas as acções que tivessem em vista a suspensão da corrida aos armamentos e à militância pela interdição total de todas as armas de destruição massiva. A federação pronunciou-se resolutamente contra a produção da bomba de neutrões. Declarou que a notícia, oriunda dos Estados Unidos, relativa ao fabrico desta nova arma de destruição massiva era uma verdadeira decepção para os povos desejosos de viver em paz. Esta notícia chegou num momento em que os povos multiplicam os esforços para tornarem irreversível o processo de desanuviamento.

A UNIÃO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES



Qual é a mais humana? A bomba atómica clássica ou a bomba de neutrões?

e aumento de crédito para a solução de problemas agudos sociais com que se debate o país. Uma grande campanha nacional de informação está prevista para o mês de Novembro.

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Em resposta ao apelo lançado pelo CMP, diversas organizações de massas da U.R.S.S. desencadearam acções contra a bomba de neutrões. Foram emitidas declarações por muitas organizações, entre elas o

país, resoluções apelando para que as forças de paz desencadeiem acções conjuntas no sentido de impedir a construção de novas armas de destruição massiva.

A FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL (F.S.M.), a maior organização internacional do movimento sindical mundial, que conta mais de 150 milhões de adeptos em todos os continentes, declarou a propósito da bomba de neutrões:

«Realizando este programa perigoso e muitos outros, recusando-se terminantemente a um compromisso com as outras potências de não serem os primeiros a utilizar a arma nuclear, os Estados Unidos aceleram assim a corrida ao armamento em tais proporções que aumenta o perigo da guerra, cujas consequências, dificilmente se podem imaginar.

A F.S.M. faz um apelo a todos os trabalhadores para que se unam e demonstrem a sua determinação de lutar contra qualquer nova aceleração da corrida ao armamento.

A CONFERÊNCIA CRISTÃ DA PAZ apelou para as Igrejas, comunidades religiosas e os grupos que reúne em 63 países no sentido de que empreendam todas as acções ao seu alcance para a suspensão da corrida aos armamentos e a neutralizem. No decorrer de uma sessão nos Países Baixos, pronunciou-se mesmo a favor de um protesto mundial contra o fabrico da arma assassina. No seu comunicado final, declarou que, devido ao seu carácter agressivo e às suas consequências devastadoras no plano moral e físico, a bomba de neutrões inspira mais terror que todas as outras armas atómicas conhecidas até hoje.

(U. I. E.) apelou para que as suas organizações espalhadas em cerca de 100 países protestem contra a decisão do Governo dos Estados Unidos.

A União publicou uma declaração na qual denuncia o carácter imoral de todas as tentativas de justificar a destruição da vida humana, o bem mais precioso, acrescentando que a bomba de neutrões deixa intactos as construções e os veículos. «Devemos condenar a perversidade e a falta de humanidade de um tal raciocínio.

A U. I. E. denuncia os projectos do governo de Washington de construir a bomba de neutrões e outras armas de destruição massiva, pois elas provocarão um retorno à corrida aos armamentos, sendo disso responsável unicamente o governo americano».

O CMP adverte para o facto de a produção da bomba de neutrões vir lançar o mundo numa espiral da corrida para o armamento qualitativamente nova, conduzindo assim as condições para um primeiro ataque nuclear.

Com a adopção destas e de outras medidas por parte da administração norte-americana, a própria essência do desanuviamento, o fim das conversações SALT II, e outras negociações sovieto-americanas, a segurança europeia e a paz mundial estão seriamente ameaçadas.

A intenção de colocar a bomba de neutrões inicialmente na Europa é uma violação do compromisso de Helsínquia solenemente assumido pelos países signatários da Acta Final de Helsínquia, que indica deverem «trabalhar para a paz e segurança na Europa», e representa um perigo sério para o êxito da Conferência de Belgrado.

SOMOS CONTRA A GUERRA SOMOS CONTRA A BOMBA DE NEUTRÕES

- Porque somos vítimas de uma guerra;
- Porque sofremos os malefícios de uma guerra;
- Porque transportamos as marcas dessa guerra;
- Porque não queremos mais guerras;
- Porque não queremos que mais pessoas morram ou fiquem deficientes numa guerra qualquer;
- Porque entendemos que qualquer poderio bélico deve ser condenado;
- Porque a bomba de neutrões representa uma ameaça para a paz;
- Porque a bomba de neutrões é, em si, um crime premeditado;
- Por tudo isto e porque somos a favor da paz e contra a guerra, somos contra a bomba de neutrões.